

Ideia de língua e vento português na Galiza do tardofranquismo: O caso de *Galaxia*

Roberto López-Iglésias Samartim

Formas de citación recomendadas

1 | Por referencia a esta publicación electrónica*

LÓPEZ-IGLÉSIAS SAMARTIM, ROBERTO (2011 [2005]). “Ideia de língua e vento português na Galiza do tardofranquismo: O caso de Galaxia”. *Agália*: 83/84, 9-50. Reedición en *poesiagalega.org*. *Arquivo de poéticas contemporáneas na cultura*.
<<http://www.poesiagalega.org/arquivo/ficha/f/377>>.

2 | Por referencia á publicación orixinal

LÓPEZ-IGLÉSIAS SAMARTIM, ROBERTO (2005). “Ideia de língua e vento português na Galiza do tardofranquismo: O caso de Galaxia”. *Agália*, 83/84, 9-50.

* Edición dispoñíbel desde o 28 de febreiro de 2011 a partir dalgunha das tres vías seguintes: 1) arquivo facilitado polo autor/a ou editor/a, 2) documento existente en repositorios institucionais de acceso público, 3) copia dixitalizada polo equipo de *poesiagalega.org* coas autorizacións pertinentes cando así o demanda a lexislación sobre dereitos de autor. En relación coa primeira alternativa, podería haber diferenzas, xurdidas xa durante o proceso de edición orixinal, entre este texto en pdf e o realmente publicado no seu día. O GAAP e o equipo do proxecto agradecen a colaboración de autores e editores.

Ideia de Língua e Vento Português na Galiza do Tardofranquismo: o caso de ‘Galaxia’(*)

Roberto López-Iglésias Samartim

Grupo Galabra (USC)

Resumo:

Este artigo analisa as várias tomadas de posição destinadas à fixação e o controlo do código linguístico com que os grupos mais institucionalizados do Proto-Sistema Cultural Galeguista no tardofranquismo (Galaxia e o ILG) lutam pela liderança do sistema e pela determinação da natureza dos materiais com que configurar no iminente pós-franquismo a identidade, a coesão social e as possibilidades de relacionamento inter e extra-sistémico da comunidade galega. Neste sentido, o artigo estuda a natureza e a funcionalidade da relação entre os modelos linguísticos da Galiza e os de Portugal e o Brasil nas propostas normativas da Academia galega, do Instituto da USC e do principal agente de Galaxia em Portugal, o professor Manuel Rodrigues Lapa.

Palavras-chave:

tardofranquismo, galeguismo, relacionamento Galiza-Portugal, planificação linguístico-cultural, identidade.

Abstract:

This article analyses the various attitudes taken by the most institutionalized groups of the Galician cultural protosystem during the latter phases of Franco's regime (Galaxia and ILG) with regard to the fixation of a linguistic code and their competition for a leadership that was to shape the elements that would make up Galicia's identity, social cohesion and the possibilities of intra and extrasystemic relationship during the imminent post-Franco period. In this context, the nature and functionality of the relation between the linguistic model in Galicia and those in Portugal and Brazil are hereby studied taking into account those Galician standards proposed by the Real Academia Galega, ILG and Prof. Manuel Rodrigues Lapa, Galaxia's main agent in Portugal.

Key words:

Franco's regime, galeguismo, Galicia-Portugal relationship, language and culture planning, identity.

No lustro imediatamente anterior à morte do General Francisco Franco a sociedade galega assiste à actividade de numerosos grupos e agentes involucrados intensamente no trabalho sócio-cultural. Num momento em que a mudança política é percebida pelos vários agentes como iminente por causa da avançada idade e da longa enfermidade do

(*) Este artigo tem como *corpus* umha parte dos materiais levantados polo grupo Galabra da USC para o projecto “Portugal e o Mundo Lusófono na Literatura Galega das Últimas Três Décadas (1968-2000)”, parcialmente subsidiado pola Junta da Galiza (PGIDT01PXI20414PR), e resulta da revisom e ampliação da comunicação intitulada “À procura do vento português: Escritos e escritores galeguistas em Portugal no tardofranquismo”, lida na secção “De Castela nem bom vento nem bom casamento” do 5º Congresso da Associação Alemã de Lusitanistas (Universidade de Rostock, 25 a 28 de Setembro de 2003).

ditador, umha das características principais do campo sócio-cultural da Galiza é o grande acúmulo de “energia”⁽¹⁾, produzida polos diferentes grupos ocupados em implementar no Proto-Sistema Cultural Galeguista (PSCG)⁽²⁾ novas estratégias de actuação visando (re-)definir este proto-sistema com respeito a um sistema literário espanhol que ocupa a posição central em todo o espaço social do Estado. Na articulação destas estratégias tendentes à consecução dumha maior autonomia do PSCG, a proximidade geográfica e lingüístico-cultural com Portugal torna mais acessível o relacionamento intersistémico galego-português e o trânsito entre os dous espaços de produtos culturais e ideias sobre o passado, o presente e o futuro da Galiza⁽³⁾.

Precisamente essa ideia do recurso ao relacionamento com o mundo português vai ter grande importância nas polémicas vividas na altura a raiz das diferentes propostas para a codificação da língua da Galiza surgidas por causa da possível inclusom do galego como matéria opcional no sistema de ensino obrigatório, polémicas que serão focadas neste artigo e nas quais joga um papel fundamental o grupo que ocupa à partida a posição mais central de todos os presentes no PSCG do tardo-franquismo, Galaxia.

Galaxia e a Academia

Galaxia nasce em 1950 em volta de destacados agentes do galeguismo do interior como Francisco Fernández del Riego, Ramón Piñeiro, Xaime Isla Couto ou Ramón Otero Pedrayo. Com umha trajectória iniciada no período republicano anterior à guerra civil de 1936-1939 e persuadidos da inviabilidade do trabalho político partidário na clandestinidade do regime franquista (mais ainda depois da morte no exílio bonaerense nesse mesmo ano de Daniel Rodríguez Castelao, o histórico líder do

¹ “A ‘xeración de enerxía’ significa, en termos concretos e simples, que cada vez menos xente dentro dunha certa comunidade ten medo a tomar decisións e adoptar responsabilidades tanto para a súa propia vida como para a daqueles que viven no seu contorno inmediato” (Even-Zohar, 2002: 48).

² No grupo Galabra entendemos por Proto-Sistema Cultural Galeguista “aquele que, deficitário na conformação dos seus macro-factores sistémicos [...], pretende balizar-se a respeito doutros, particularmente do espanhol, invocando como norma sistémica fundamental (ainda que nem sempre a única), o uso do galego” (Torres Feijó, 2003). As normas sistémicas “nom apenas determinam os nutrientes da estrutura do sistema mas os modos e efeitos de serem atingidos os seus pertencentes” (Torres Feijó, 2004c: 430).

³ Nom menos importante que as proximidades aludidas é o papel referencial que o sistema cultural português desempenha para o galeguismo historicamente considerado. Este conceito de *galeguismo* deve ser entendido aqui como o movimento de reivindicação da identidade diferenciada da Galiza com independência do grau de autonomia política proposto para a colectividade galega polos vários grupos ou agentes auto-proclamados galeguistas, assi como o processo de fabricação de ideias que apoiam e justificam os vários graus desta reivindicação. Quando este movimento vise a reivindicação política da Galiza como ente nacional diferenciado dum referente de oposição identificado com o par Castela/ Espanha, estaremos falando em *nacionalismo*, umha das várias ideias possíveis de galeguismo.

Partido Galeguista criado no pré-guerra) estes indivíduos decidem centrar o seu labor no âmbito da política cultural e procedem à criação de instituições como a revista *Grial* ou a editora que dá nome ao grupo⁴.

No que ao relacionamento galego-português de respeito, Galaxia importa para as escassas plataformas institucionais do galeguismo cultural tanto figuras canonizadas no sistema português (por exemplo Camões ou Gil Vicente), como outros repertórios já secundarizados na altura no sistema de origem mas que -como o saudosismo elaborado por Teixeira de Pascoaes nos inícios da década de dez do século XX (v. Pascoaes, 1988)- já tinham sido incorporados ao galeguismo no pré-guerra e continuam sendo utilizados em setenta por Galaxia para reforçar um projecto cultural alicerçado numa ideia vinda da origem do movimento galeguista no século XIX: a originária e essencial unidade linguístico-cultural da Galiza e Portugal. Esta ideia de unidade essencial de língua e cultura galego-portuguesa é fundacional do galeguismo, foi defendida nas primeiras décadas do século XX polos homes da denominada Geração Nós (nome este da revista galeguista em que converge o grupo que lidera o PSCG nas décadas de vinte e trinta) e, *improdutiva* na guerra e no imediato após-guerra civil, é agora recuperada e posta outra vez em valor polo grupo que se reivindica herdeiro da linha histórica do galeguismo⁵. No mesmo sentido, através dos contactos com destacadas figuras do sistema luso -nomeadamente com o professor Manuel

⁴ Sobre a formação de Galaxia afirma Ramón Piñeiro em entrevista concedida a Carlos Fernández (1985: 112-113): “Nosotros nos decidimos a fundar la Editorial Galaxia porque necesitábamos tomar contacto con la opinión, ya que en la clandestinidad eso no era posible. El único medio era la actividad cultural y aunque nos la autorizaron siempre estuvimos bajo vigilancia. El hecho ya de publicar en gallego, fuese lo que fuese (el primer libro fue «Antífona da cantiga» [de Ramón Cabanillas]) tenía una significación política”. Da caracterização, a posição e a função de Galaxia no PSCG dim Cordeiro Rúa e Rodríguez Prado (2002): “O grupo Galaxia, desde a sua constituição em 1950, revela-se a instituição mais decisiva do protossistema galego, na medida em que:

- a) é o principal agente editorial, exercendo o controlo do mercado com quase metade da produção total;
- b) está a articular substantivamente a configuração de um cânone da literatura galega através da reedição e antologização dos textos dos produtores do “Ressurgimento” -a renascença na Galiza da literatura galega e em galego, acontecida no século XIX-, particularmente de Rosalia de Castro, Curros Enríquez e Eduardo Pondal. A estes nomes soma-se o de Castelao, cujas obras estavam proibidas ou circulavam com dificuldades;
- c) contempla, ainda, a edição de novos trabalhos no campo da poesia, com a colecção ‘Salnés’, e no da narrativa, com a colecção ‘Illa Nova’, onde som publicados autores que fazem parte das gerações mais novas: Carlos Casares, Xosé Alfaia, Xavier Alcalá, Carlos Durán, e Xavier Carro, entre outros;
- d) exerce o controlo do código linguístico. Apesar da ausência de umha normativa oficial para o galego, funcionam umhas normas de uso interno -referidas nalgumha ocasiom como ‘normas tácitas’-, de tal modo que os seus produtos se caracterizam pola nivelação e pola coesom;
- e) mantém a sua prevalência também no terreno das publicações periódicas, onde *Grial*, como espaço de intervençom dos agentes mais prestigiados, galegos e de outros sistemas, se converte em referência obrigada no panorama galego e de ultramar, até polo tratamento de questons de índole diversa -lingüística, literária, filosófica- e referidas ao mundo cultural galego-luso-brasileiro”.

Rodrigues Lapa, agente do galeguismo em Portugal já desde os anos trinta-, o grupo Galaxia e agentes afins exportam para Portugal fundamentalmente a obra e a figura dos vultos do renascimento literário galego do século XIX (tal como tinham feito os seus homólogos dos anos trinta), sem tampouco esquecer neste caso informar regularmente das questões relativas à lingüística e à literatura galegas dos primeiros anos setenta através de plataformas centrais no sistema português⁶.

Nesse objectivo de recuperação e defesa da ideia da unidade lingüístico-cultural galego-portuguesa sustentada pelo galeguismo histórico ali-

⁵ Esta recuperação e posta em valor de ideias força polo galeguismo tem um carácter circular. Neste sentido, o professor Torres Feijó (2002: 33; itálicos no original) fala no mito de Sísifo e afirma que “É quase também um universal que em processos de emancipação como o galeguista, a existência de rupturas drásticas mais ou menos dilatadas no tempo (como a gerada pola Guerra de 36-39 e a derrota da República e a represom posterior) gera constantes *perdas de memória e desconexons*, que convertem em cíclicas as disputas sistémicas, desfazendo ideias previamente assentes nos espaços sociais em que funcionam”. Quanto à unidade lingüístico-cultural galego-portuguesa como ideia força do galeguismo anterior à guerra civil (e à importância atribuída à língua como principal elemento identitário), referimos apenas a modo de exemplo algumas palavras de Antón Villar Ponte, máxima figura fundadora do nacionalismo político: “O signo maior da nacionalidade é a lingua. Nós temos unha lingua patria natural. [...] Sabemos que a autonomia dos povos, mais forte que a das armas, afíca-se na propia lingua. E por iso, fuxindo das fazanhas estérís do Quixote, que tiveron por escenario o mar morto de ermas terras de Castela, olhamos aos irmãos Lusiadas, que bautismaron as ilhas atlánticas con palabras suas que también son nosas, a pensar que o idioma de Camões, falado nas cinco partes do mundo, pode ser o idioma d’ unha gran cultura atlántica e superocidentalista.

Para que assim seja percisa-se unha só cousa: que o Portugal novo olhe à Galiza agarimosamente, o mesmo que a gran República brasileira d’além mar. [...], compre na seara nova chegarmos à alianza galaico-portuguesa e brasileira. Unha asamblea lingüística internacional dos tres países para pôrense d’acordo na protecção, perfeição e unificación da lingua común a todos, perfilhando unha maneira de *entente* cultural entr’ eles, trazeria ao longo, sen dúbida, un senso de fecunda futuridade, tentador para un estadista de genio” (“Ideia transcendente. O caminho do nacionalismo galego...”, *Seara Nova*, 425 [1935/02/07], p. 265; itálicos no original).

⁶ Por exemplo, durante o primeiro semestre de 1970, Francisco Fernández del Riego (co-director da revista *Grial* juntamente com Ramón Piñeiro e, com ele, umha das pessoas mais influentes de Galaxia) publica no suplemento “Literatura & Arte” do jornal lisboeta *A Capital* por mediação de Rodrigues Lapa (v. Lapa, 2001: 281-298) umha série de artigos sobre “A Galiza e a sua cultura”; aqui, Del Riego, sob o seu habitual pseudónimo de Salvador Lorenzana, informa ao leitor português sobre “Os precursores da restauração cultural galega” (*A Capital* 1970/03/11, “Literatura & Arte”, pp. 1 e 7), a “Biografia do grupo ‘Nós’” (*A Capital* 1970/05/13, “Literatura & Arte”, pp. 1 e 2), ou sobre umha “Política de reabilitação do idioma” baseada numha ideia que ocupa as posições centrais no galeguismo entre os meados das décadas de dez e de trinta do século XX e que passa pola consideração do galego como língua própria da Galiza e seu único elemento etnoidentitário diferencial imprescindível: “Se a Galiza sobreviveu e tem, como povo e não como acervo de homens multitudinário e inconsciente, um porvir ante si e uma missão histórica, é simplesmente porque conta com uma língua própria, com tradição literária e, portanto, com possibilidades de criação diferenciada” (*A Capital* 1970/04/29, “Literatura & Arte”, p. 5). Esta ideia é central em Galaxia e será desenvolvida já desde inícios de cinquenta polo seu líder Ramón Piñeiro; assi, no texto de 1952 “A língua, sangue do espírito”, afirma Piñeiro (1974: 36-37): “Si a nós se nos distingue como unidade peculiar entremédias da familia europea, é talmente gracias ao idioma. [...] O que verdadeiramente nos singulariza, o que nos dá personalidade definida e caracterizada diante dos alleos, é o idioma, ou sexa, o espírito genuinamente noso que se reflexa fidelísimamente na língua galega. Poderían, nunha gran treboada histórica, queimar tódolos documentos do noso pasado sin deixar un; poderíannos arrapañar os bens económicos e condenar-nos a umha meirande pobreza; poderían esterdegar toda a nosa estrutura social de maneira violenta; poderían, si se quer, encarcerar milleiros ou dúceas de milleiros de irmáns nosos... Con todo, mentres que nos nosos labios resonasen decote as palabras do idioma galego con toda a súa cadencia íntima, Galicia continuaría a ser un povo, umha irmandade espiritoal indestruible”.

nha também a **Real Academia Gallega (RAG)**⁷. Boa mostra desta coincidência de objectivos e da permanência dos contactos entre a RAG e proeminentes agentes lusos constitui a publicação na *Revista de Etnografía* do Porto de vários artigos sobre folclore galego dos irmaos Luís e Leandro Carré Alvarellos, etnógrafos e membros destacados da instituição académica já com umha presença sobranceira no campo cultural da Galiza do pré-guerra⁸. Enquanto Luís Carré colabora também no *Boletim do Douro Litoral*, o seu irmao Leandro verá publicadas em 1969 *As lendas tradicionais galegas* polo Museu de Etnografía e História do Porto numha edição que conta com o patrocínio da Junta Distrital da capital do norte e com um prefácio do Dr. Fernando de Castro Pires de Lima; o director da *Revista de Etnografía*, onde tinham saído com anterioridade os trabalhos que compoem o livro, recolhe na sua introdução a afirmação da irmandade dos dous povos e da unidade na cultura popular galego-portuguesa, ideias fundacionais do galeguismo promovidas nesta altura tanto polos membros mais antigos da RAG como por Galaxia:

O estudo da etnografía portuguesa não é possível fazer-se, sem o conhecimento do folclore galego (p. VIII) [...] Este livro vai ficar não só como padrão imperecível da amizade galaico-portuguesa, mas também como ensaio indispensável para quem quiser dominar um sector da etnografía dos dois povos irmãos que o rio Minho une num abraço cada vez mais forte e cada vez mais fraterno (p. XII).

⁷ Fundada na Havana em 1905 por agentes do galeguismo liberal com o objectivo de velar polo conhecimento da história, da língua e da literatura da Galiza, a RAG centra no pós-guerra civil os seus escassos trabalhos na etnografía e no folclore, tem umha incidência praticamente nula no PSCG até que a entrada de vários membros de Galaxia e pessoas próximas (só a partir da década de cinquenta) revitaliza levemente umha instituição que nom utilizava o galego nos seus actos, e está a ser mui questionada nos anos setenta pelas gerações mais novas e activas politicamente no âmbito da esquerda clandestina, que acusam esta instituição oficial de elitismo e inoperância.

⁸ Os contactos entre a RAG e destacados agentes portugueses (muitos deles sócios da Academia como Pires de Lima ou Rodrigues Lapa) datam do pré-guerra civil e só serão postos em valor em meados da década de cinquenta com actividades como a “Primera Asamblea Lusitano-Gallega” celebrada por iniciativa da RAG na cidade portuguesa de Braga entre 29 e 30 de Outubro de 1955. As actas deste encontro (que beneficia do clima de irmandade ibérica promovido pelas ditaduras de Franco e Salazar) recolhem trabalhos referidos a etnografía, folclore, história, literatura popular e relações literárias e culturais galego-portuguesas; nelas encontraremos ademais a mensagem com que o presidente da instituição académica (Manuel Casás, ausente por enfermidade) lembra na sessão de abertura contactos anteriores como o I Congresso de Estudos Galegos celebrado na Corunha em 1919 ou o *Boletín* extraordinário que a RAG dedica a Portugal em 1943 com ocasiom do oitavo centenário da “fundación y restauración de la gloriosa nacionalidad lusitana”, sem deixar de indicar aqui que “en la revisión de ocho siglos que Portugal abrió al mundo, Galicia tiene un puesto privilegiado: el que otorga la identidad de idioma y de letras” (RAG, 1967: 17 e 18). Com efeito, nesta “Primera Asamblea...” organizada pola Academia está presente a reivindicação do antigo ideário do galeguismo, cifrado na identidade espiritual de Galiza e Portugal sustentada na saudade proposta por Teixeira de Pascoaes, na história e na literatura compartilhadas, e na igualdade de “etnografía, paisaje, amistad, lengua; todo une la tierra gallega a la amada hermana, la tierra de Portugal” (RAG, 1967: 20). Esta actividade terá continuação nos mesmos parámetros na “Segunda Asamblea Lusitano-Gallega” celebrada de 14 a 16 de Agosto de 1961 na Corunha.

No ano seguinte, um sucesso de ordem política provoca na Galiza umha série de tomadas de posição que se verificarám determinantes para a configuração posterior do PSCG e da hierarquia dos campos que o integram: em 6 de Agosto de 1970 o ministro franquista Villar Palasí promulga umha nova “**Ley General de Educación**” que autoriza nos seus artigos 14 e 17 o ensino das línguas ditas “nativas” (as diferentes do castelhano) entre os dous e os treze anos. O facto de que o texto legislativo contemple a possibilidade de o galego aceder como matéria opcional ao ensino obrigatório tem enormes conseqüências num campo cultural caracterizado pola sua forte heteronomia e vem confirmar as expectativas dos vários grupos galeguistas, nomeadamente da RAG, que tinha aprovado já em reunião de 15 de Fevereiro de 1970 umhas *Normas ortográficas do idioma galego*; saídas do prelo da Academia no mesmo ano, estas *Normas ortográficas* serán posteriormente complementadas com “*Algunhas Normas para a Unificación Morfolóxica da Lingua Galega*” aprovadas em 4 de Julho do ano seguinte e publicadas juntamente com as anteriores em 1971 sob o título *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*.

Estas *Normas*... supõem umha tentativa (enunciada como urgente e provisória) de fixar e habilitar *progressivamente* o código lingüístico para o ensino, mas som sobretudo o produto com que o grupo Galaxia -que controla e acapara a representação na RAG- pretende preencher a um tempo dous défices percebidos como históricos polos agentes envolvidos no campo⁹: dotar dum código oficial (de aceitação universal) à língua da Galiza¹⁰ e fornecer de passagem o poder simbólico suficiente a umha instituição (neste caso a Academia) para que a sua autoridade sobre a fixação desse código seja aceite no campo. Ao mesmo tempo, com esta actuação Galaxia visa afiançar a sua posição central no PSCG através da oficialização dum modelo lingüístico coincidente no básico com as suas normas internas e do reforço da posição dumha Corporação até entom praticamente desaparecida, que nunca até esse momento tinha elaborado um estándar para o idioma e que agora, movida por Galaxia,

⁹ “os **defices** som, podemos assim chamá-los, **projectivos**, na medida em que indicam um vazío **que se quer preencher** (ou umha presença que se quer substituir), um projecto que se deseja realizar” (Torres Feijó, 2000: 976; carregados no original).

¹⁰ Para além das normas internas de Galaxia, só o Seminario de Estudos Galegos tinha publicado no ano 1933 “pra uso particular dél e sen rigurosas pretensións centíficas [sic]” (SEG, 1933: 4) *Algunhas normas pra a unificazón do idioma galego*. As normas do SEG conjugam o pragmatismo do momento com o ideário lingüístico da Geração *Nós* e están orientadas polo “achegamento ao portugués nos valdeiros que hai que encher no noso idioma” (SEG, 1933: 5). Estas normas som recuperadas em 1970 polo galeguismo do exterior (mais activo politicamente que o do interior e, em geral, máis receptivo à orientação do modelo do Seminario) com a reedição de 50.000 exemplares polo Padroado da Cultura Galega de Caracas; com esta actuação o Padroado chega uns materiais de que também carece a colectividade da diáspora venezuelana e celebra o 84 aniversário do nascimento de Daniel Rodríguez Castelao.

pretende capitalizar a herança dum galeguismo histórico que lle tinha atribuído entre as suas funcións “velar” também pola língua da Galiza⁽¹¹⁾.

Na elaboración das *Normas...* tem um papel fundamental Ricardo Carballo Calero⁽¹²⁾. Professor da disciplina de Língua e Literatura Galegas na Universidade de Santiago de Compostela (USC) desde 1965 -umha matéria esta leccionada no quinto e último ano na sección de Filología Románica da Facultade de Filosofía e Letras⁽¹³⁾-, Carballo Calero é também o filólogo e o crítico literário mais reputado de Galaxia (Torres Feijó, 2002) e, já na altura, autor de numerosos trabalhos sobre a língua da Galiza, entre os quais destaca a sua *Gramática Elemental del Gallego Común*, gramática com aspiraçons normativas focada como manual para o ensino universitário e reeditada por Galaxia em numerosas ocasións desde a sua primeira edición em Novembro de 1966.

No nível formal, as *Normas...* (Galaxia/)RAG elaboradas por Carballo Calero assumem expressamente a dependência do castelhana no que à ortografía di respeito⁽¹⁴⁾, atribuem este facto ao costume, destacan a importância do ensino quer na configuración quer na superaçom desse modelo ortográfico e deixam para o futuro as mudanças que a urgência do momento nom parece permitir (RAG, 1971: 7 e 8-9; carregados no original):

A actual ortografía galega, como non podía menos de suceder, formouse sobre a castelá, única que os galegos aprendían nas escolas ao tempo que o Renacemento das nossas letras creou a necesidade dunhas normas da expresión escrita (p. 7). É evidente que sería de

¹¹ A subentendida reclamaçon da autoridade última sobre o código lingüístico da parte da RAG (assi como o carácter urgente e provisório da proposta académica) está explicitada na “Introducción ás normas ortográficas” (RAG, 1971: 8; itálicos meus): “o crecente desenrolo da literatura galega e o prestixio que a lingua está adquirindo en todos os seitores cultos da poboación, dentro e fora de Galicia, esixen *urxentemente* unha codificación da ortografía usual. [...], a Academia, movida tamén por constantes requerimentos neste sentido da sociedade galega, decide fixar unhas normas mínimas de uso ortográfico que, recollendo as unánimemente ouservadas, e escolmando as que estima máis oportunas ante as poucas aínda controvertidas, *ostenten o selo de oficialidade que lles dá o propio carácter da Corporación que as formula, e rixan na escrita do galego mentras outra cousa non se provea como consecuencia dunha eventual reforma científica que a Academia realice ou acolla*”.

¹² “Houvo algunhas observazóns que fixeron outros colegas e que se tiveron en conta. Pero en realidade eu fun o redactor principal destas normas”, dirá o próprio Carballo Calero (Fernán-Vello / Pillado Mayor, 1986: 182). “Carballo” é a única forma utilizada polo autor para o seu primeiro apelido até 1977 e por isso será usada neste traballo; desde inícios de 80 assinou quase em exclusivo com a forma “Carvalho”.

¹³ Ao labor docente de Carballo Calero na USC hai que acrescentar “as aulas de Língua e Literatura Galaico-Portuguesa Medieval para os alunos de cuarto curso da sección de História, que existiam desde anos atrás, nesta caso como disciplina opcional” (Montero Santalha, 1993: 92). A posición de Carballo Calero na USC vê-se reforçada ao ser promovido a Catedrático de Língua e Literatura Galega por provas em 1972, lugar que ocuparía até a sua reforma com 70 anos, em 1980.

¹⁴ “Aos fins prácticos, e *tendo en conta as circunstancias socioculturais do momento*, dáse por coñecida a ortografía castelá, que se toma como punto de referencia, xa que ten o carácter de supletoria da galega usual” (RAG, 1971: 8-9; itálicos meus).

desexar unha ortografía, aínda que popular –é decir, ao alcance de todos-, máis enxebre –é decir, máis inspirada na estrutura fonolóxica do propio idioma-; pero esa desexada ortografía, se ha substituír á acostumada, ha ser obra apurada na súa relativa perfeición, **elaborada con acougo, e despóis de contrastar e debater as opinións dos máis distinguidos estudiosos da nosa lingua, galegos e non galegos, así como a de todas as entidades culturais do país interesadas na custión, que mesmo debe pasar por unha etapa de información púbrica. Supondo elaborada esa ortografía,** poucas posibilidades dunha rápida e eficaz difusión se lle presentan mentras en todos os grados do insino non se estude a lingua do país.

O facto de fiar a eventual superaçom e “reforma científica da ortografía consuetudinaria” (RAG, 1971: 8) no acordo saído do debate geral entre as várias institucións e agentes actuantes no PSCG (agentes “galegos e non galegos”, explicitando assi a inclusom no debate dos eventuais contributos de estudiosos foráneos), ao mesmo tempo que mostra o carácter democrático que o grupo Galaxia/RAG quer para o proceso, está a indicar também que a posaçom de debilidade ocupada pola Academia aconsella o pacto e, em todo o caso, nom permite contemplar (aínda) no seu espaço dos possíveis a *imposiçom legítima* (simbólica, e unilateral) dum modelo ortográfico relativamente afastado do fixado pola tradiçom inmediatamente anterior.

Galaxia invoca a tradiçom galeguista (sobretudo a sustentada nos textos literários) para assentar nela tanto o seu projecto cultural como o seu modelo de língua e, dentro da tradiçom do galeguismo (e da sua escassa codicologia, como indicámos para o caso das normas do Seminario), também se encontra o recurso ao modelo português como elemento legitimador das escolhas. Em todo o caso, a RAG entende a sua proposta de apenas quinze normas morfológicas básicas como um exemplo de realismo obrigado polas circunstâncias¹⁵ e justifica as suas opçoms nuns critérios nom hierarquizados mas nos quais a tradiçom literária tem de facto a primazia sobre os outros motivos aludidos: o carácter comum das escolhas (face a ‘hiperenxebriamos’ [hipercharacterizaçoms idiomáticas], castelhanismos e dialectalismos), a coincidência com a norma portuguesa e a vitalidade na fala das soluçoms apontadas (RAG, 1971: 25-26). Partindo sempre da preeminência da tradiçom literária (“Como a fixación da lingua supón unha lingua literaria, a tradición neste aspecto considérase de especial virtude”), as *Normas...* (Galaxia/)RAG deixam implícito o carácter político das suas escolhas quando afirmam pretender

¹⁵ Umhas circunstâncias que nom esclarece (“Propor, pois, un mínimo de normas para o uso da lingua escri-

resolver “a relación do galego coas linguas oficiais dos dous estados peninsulares, relación que preside a realidade da súa existencia histórica e actual, [e que] desembocou nun matizado *xogo de dependencias que hai que ordenar e equilibrar* nunha dosificación axeitada” (RAG, 1971: 23; itálicos meus). Assi, esta tentativa de equilibrio resolve-se nestas *Normas...* com a dependência explicita do castelhana nas questons ortográficas¹⁶, e reforçando o papel canonizador dessa tradiçom por meio do recurso também explícito ao modelo português em duas escolhas morfológicas relativamente controversas¹⁷.

Nesse mesmo ano 1971, a professora de origem galega Pilar Vázquez Cuesta, catedrática de português na Escuela Central Superior de Comercio de Madrid de 1956 a 1973 (Blanco, 1996: 822), publica a terceira edição da sua *Gramática Portuguesa* e inclui, como era opinião tradicional na romanística, a língua da Galiza como parte dum sistema lingüístico compartilhado com Portugal e o Brasil, afirmando “la fundamental unidad que existe entre gallego y portugués” (Vázquez Cuesta, 1971: 116)¹⁸. Esta reconhecida lusitanista dedica um capítulo completo da sua gramática à descrição comparativa da variante galega em relação com a portuguesa (equiparando assi no seu texto as realidades lingüísti-

ta, [...], semellou o ouxetivo máis realista nas actuais circunstancias”; RAG, 1971: 20) mas que devem relacionar-se tanto com a própria posição da RAG no PSCG como com o franquismo no político, o ensino unicamente em castelhana no pedagógico e o carácter conscientemente inaugural da actuação codicológica da Academia, entre outros factores que enquadram as possibilidades de aplicação das escolhas académicas na situação sócio-cultural da Galiza da altura.

- 16 As “vantagens” da ortografia castelhana que justificam a dependência assentam em três critérios fundamentais: a facilidade pedagógica; a tradiçom e a possibilidade de introducir mudanças que nom alterem totalmente o sistema; ademais, as *Normas...* da RAG partem da subordinaçom à ortografia castelhana apoiando-se em critérios foneticistas (“a ortografía debe aspirar a recoller os rasgos relevantes dos fonemas que fixa”; p. 6) reforçados por argumentos de afinidade galego-castelhana: “[a situaçom actual apresenta] unha ortografía galega susceptible de perfeición, xa que non reflexa con suficiente precisión o vocalismo galego, e amosa algunha outra impropriedade como consecuencia de non ter xurdido naturalmente do fonetismo da fala, senón como unha adaptaci3n da ortografía de outra lingua. Aínda con esas chatas, ten a ventaxa de [1] ser de doada asimiliaci3n para todo aquel que coñeza a ortografía oficial [do castelhana], é decir, para todo galego non analfabeto; a ventaxa de [2] vir funcionando desde hai tempo, de xeito que a xente adquiriu o hábito da mesma; a ventaxa, afinal, de [3] non escluir pola súa natureza reforma[s] futuras inspiradas polas peculiaridades do galego, xa que a pronuncia do castelán moderno e do galego moderno non suficientemente afíns para que calquer rexistro de distinción poida ser establecido sen necesidade dunha alteraci3n total do sistema” (RAG, 1971: 7).
- 17 O recurso legitimador do estándar português aparece em duas ocasi3ns nas “Normas morfol3xicas” (ao lado do apelo à tradiçom): “A soluci3n que recomendamos [plural em –ais dos nomes oxítonos acabados em -l], característica hoxe do galego oriental, non resulta violenta para ningún galego, coincide co portugués e está abonada históricamente” (RAG, 1971: 25) e, sobre a preferéncia da soluçom em –bel para o resultado do sufixo latino –BLE, podemos ler que “*Estábil, semellábel, móvel*, son soluci3ns que aparecen nos documentos galegos desde o século XIII. Están, pois, abonadas pola historia. Coinciden co portugués. [...]” (RAG, 1971: 26; itálicos no original). Esta opçom produce-se em oposiçom à outra escolha possível, a sua correspondente soluçom coincidente com o castelhana em –ales e –ble (“animais/ amábel” vs. “animales/ amable”).
- 18 A posiçom claramente central desta opini3m no espaço universitário é reforçada nesse mesmo ano polo lingüísta português Luís Filipe Lindley Cintra, que publica no *Boletim de Filologia* 22 (Lisboa, 1971, pp. 81-116) umha “Nova proposta de clasificaci3n dos dialectos galego-portugueses” em que inclui num único sistema lingüístico os falares da Galiza, Portugal e o Brasil.

cas galega e brasileira face à portuguesa), reflexiona sobre a questom codicológica atribuindo à determinação do modelo normativo a categoria de principal problema por resolver na língua da Galiza e, indicando claramente a natureza política do processo, critica a submissão ao castelhano da ortografia oficializada pola RAG, destaca o carácter provisório das normas propostas pola Academia e aponta na continuação o seu desejo de superar um modelo pouco adequado “a la estructura de la lengua”, deduzindo-se das suas palavras que essa superação supom um maior grau de coincidência com a variante portuguesa (Vázquez Cuesta, 1971: 96-97; itálico no original):

Por eso la determinación de una norma culta es el principal problema con que tropieza hoy día el gallego. Por lo que a la ortografía se refiere los criterios han oscilado, al vaivén de los avatares políticos, entre los intentos de aproximación del gallego escrito al portugués y la sumisa aceptación de las normas castellanas. Muy recientemente (el 15 de febrero de 1970) la Real Academia Gallega aprobó unas *Normas ortográficas do idioma galego* que, en realidade, se limitan a oficializar la simplista y facilona ortografía de postguerra. Tienen, sin embargo, carácter provisional a la espera de otras más adecuadas a la estructura de la lengua¹⁹.

¹⁹ As ideias expostas pola professora Pilar Vázquez Cuesta tinham sido expressadas ainda com maior rotundidade por ocasião da recensom em *Grial* 16 (Abril-Junho, 1967: 192-196) da primeira edição da já citada *Gramática Elemental del Gallego Común* de Carballo Calero. Despois de localizar e resumir o tratamento dado à língua da Galiza em vários trabalhos gramaticais (todos sustentadores da filosofia tradicional da lingüística românica: galego e português fam parte dumha mesma língua histórica), Vázquez Cuesta (1967: 194; itálicos meus) destaca que o “gran conocedor de la Literatura gallega que es Carballo Calero ha salido airoso de su empeño lingüístico [...] Sin convertirse en dictador de unas normas que sólo una entidad con la autoridad moral de la Academia Gallega podría imponer, pero intentando al mismo tiempo siempre precisar cuáles son los usos de mayor tradición literaria o prestigio culto [...]”. Ao lado das ideias compartilhadas com a RAG (reivindicação da autoridade académica, apelo à tradição literária contra as particularidades dialectais e desejo de prudência e equilíbrio à hora de codificar por primeira vez um idioma mui interferido polo castelhano) Pilar Vázquez Cuesta coloca já nesta recensom a questom ortográfica como o principal problema da língua da Galiza; acudimos às palavras da professora porque a citaçom é tam longa como esclarecedora tanto da posiçom mantida por Vázquez Cuesta nessa altura como do desejo presente no espaço universitário de codificar urgentemente o galego superando dependências e provisionalidades (Vázquez Cuesta, 1967: 195; sublinhados meus, itálicos no original): “en la actualidad la principal cuestión que tiene planteada el gallego es la de conseguir unificarse sin que ello le empobrezca en demasía. [...] Y es ésta la única objeción que debemos hacer al trabajo de Carballo Calero: su sumisa aceptación de una ortografía como la que prácticamente se usa hoy día en las publicaciones gallegas, que tiene demasiados puntos flacos para que haya que admitirla sin discusión.

Dejando a un lado la conveniencia o no —más trascendente de lo que comúnmente se cree y que desearíamos ver debatida a corto plazo por una comisión de filólogos— de que la ortografía gallega se adapte a la castellana o a la portuguesa en la representación de los fonemas palatal nasal (ñ en español, *nh* en portugués) y palatal lateral (*ll* en español, *lh* en portugués) y de que se siga o no el criterio etimológico —*genro* o *xenro*— por lo que se refiere a la representación del fonema prepalatal fricativo sordo [...], hay algo en donde el calco sin correcciones del modelo castellano puede resultar verdaderamente peligroso para el gallego: se trata de la acentuación”. E despois de desenvolver este último ponto conclui (Vázquez Cuesta, 1967: 196; sublinhados meus): “Ataquemos, pues, valientemente el problema ortográfico gallego y no nos conformemos con soluciones de compromiso, anticientíficas como las vigentes hoy día, y por eso mismo forzosamente provisionales”.

Galaxia e o Instituto.

Em 14 de Maio desse mesmo ano 1971 apresenta-se publicamente em Santiago de Compostela o **Instituto de la Lengua Gallega** (ILG) juntamente com o seu método de aprendizagem *Gallego 1*⁽²⁰⁾. Adscrito ao Departamento de Filología Románica da USC e presidido polo Doutor Constantino García González⁽²¹⁾, o ILG irrompe no PSCG com todo o capital simbólico fornecido pola súa natureza universitária para cuestionar a *auctoritas* da Academia no referido à elaboración do código para o galego e, de passagem, impugnar a posición que permite ao grupo Galaxia dirigir o proceso de normativización do idioma grazas ao inmediato control polo Instituto do campo do ensino da lingua propia da Galiza.

Do punto de vista lingüístico, o método de aprendizagem do ILG opta por unha orientación claramente foneticista e por ignorar o referente luso-brasileiro si invocado nas *Normas...* (Galaxia/)RAG. Em contra do modelo proposto pola Academia e em sentido contrário também ao caminho apontado por Pilar Vázquez Cuesta na súa *Gramática portuguesa*,

20 “O Instituto da Lingua Galega (ILG) creouse en maio de 1971 ó abeiro da Lei de Educación daquela vi-xente, que previa o estudio das denominadas linguas vernáculos, ó que se refería tamém o artigo 2º dos Estatutos Provisorios da Universidade de Santiago. [...] No proxecto de creación do ILG, aprobado o 26 de xullo de 1971, consideráronse como fins inmediatos os seguintes:

1º. O estudio, a promoción e o cultivo da lingua galega.

2º. A investigación sincrónica da realidade lingüística do galego actual.

3º. A continuación do rexistro lexicográfico galego, daquela en realización no Departamento de Filoloxía Románica.

4º. A realización de traballos sobre dialectoloxía galaico-portuguesa.

5º. A promoción de teses de doutoramento sobre temas de filoloxía e lingüística galega e portuguesa.

6º. A promoción dos traballos elaborados nas seguintes series: a) *colección de manuais normativos do galego*, b) teses de doutoramento, c) memorias de licenciatura e d) publicacións periódicas.

7º. A formación de persoal investigador interesado no campo da lingüística galega.

8º. A relación entre profesores españois e estranxeiros interesados neste campo de traballo” (Fernández Rei, 1991: 15; itálicos meus).

21 Filólogo de orixe asturiana formado em Oviedo e Madrid, director desse departamento universitário e primeiro catedrático na USC nesta área de coñecemento desde 1966, antigo colaborador de Ramón Menéndez Pidal e Rafael Lapesa, e director do ILG desde a súa fundación oficial em 26 de Julho de 1971 até 1990 (v. Fernández Rei e Sousa, 1991: 7).

Na sessor inaugural “reuníronse no Salón Rectoral da Universidade de Santiago, baixo a presidencia do Rector Manuel García Garrido os seguintes señores: Ramón Otero Túñez, Decano da desaparecida Facultade de Filosofía e Letras; Constantino García González, Catedrático de Filoloxía Románica; Manuel Díaz y Díaz, Catedrático de Filoloxía Latina; Xosé Filgueira Valverde, en representación do Instituto P. Sarmiento do Consello Superior de Investigacións Científicas [a versom franquista do SEG]; Marino Dónega Rozas, en representación da Real Academia Galega; Xoaquín Arias Díaz de Rábago, en representación da Fundación ‘Pedro Barrié, Conde de Fenosa’; Ricardo Carballo Calero, en representación do Centro de Estudios Fingoi; e Xerardo Fernández Albor, en representación da Fundación Penzol” (Fernández Rei, 1991: 16). Filgueira Valverde é um galeguista de direita comprometido com o regime franquista que foi nos primeiros oitenta Conselheiro de Cultura do goberno autonómico presidido polo galeguista liberal próximo a Piñeiro Xerardo Fernández Albor. Marino Dónega é também vogal do consello de dirección da editorial Galaxia. Despois de ser nomeado catedrático, Carballo Calero ocupou a vice-dirección do ILG entre 26 de Junho de 1972 e 12 de Abril de 1978, quando cessou a pedimento próprio.

Constantino García e os seus discípulos do ILG colocam agora no PSCG umha idea secundarizada polo galeguismo histórico e argumentam em contra da “tendencia lusizante” presente em sua opinión na proposta da RAG⁽²²⁾. Num artigo sobre a “Orixen e problemas do método do galego” publicado nesse ano em *Grial*, o Doutor Constantino García (1971: 129-141) defende os postulados foneticistas do seu Método (em oposición às *Normas... académicas*) por umha tentativa de fugir “de canto podería dá-la impresión de artificiosidade ó falante espontáneo, pro tamén do que non ten umha utilización xeral a nivel de lingua falada” (García, 1971: 131), e explica assi mesmo a maior relación que o modelo normativo proposto polo ILG tem com respeito ao castelhamo em función de critérios pedagóxicos (“este método está pensado, en primeiro termo, pra aqueles que desconozan totalmente a lingua galega e teñan que deprendela tendo como base o castelán”; García, 1971: 129-130); também reserva o presidente do ILG e director do Departamento de Filología Románica da USC um espaço para questionar o predomínio de Galaxia no campo cultural galeguista de setenta e censurar a este grupo a perda da oportunidade histórica de solucionar definitivamente e pola via impositiva a questom normativa. Por suas palavras (García, 1971: 132):

A fixación ortográfica dunha lingua ha de aspirar sempre a recoller, en canto se poida, todos aqueles feitos que se dean de xeito xeral na lingua falada. [...] Compre reconocerlle á Editorial Galaxia o mérito de empezar umha tentativa de unificación que, por outra banda, non soubo aproveitar, sendo, como foi, a editorial máis importante de Galicia durante tantos anos. Coidamos que umha policía rigurosa houbera acabado radicalmente coa anarquía ortográfica. As normas tácitas de Galaxia duran hastra 1970, en que se dan á publicidade as Normas ortográficas da RAG. Estas normas, no noso ver, supuxeron un franco retroceso, en canto alonxan máis a lingua escrita da falada do que o viñan facendo calquera das grafi- as empregadas hastra aquela.

22 “Parece que nas Normas académicas hai umha tendencia lusizante, sin dúbida co fin de que algún día o mercado de libros galegos poida estenderse ós países de fala portuguesa [...]. Contra esto, podemos presentar os seguintes argumentos:

- 1) Toda ortografía debe refrexar do millor modo posible a fala do pobo.
- 2) No caso de facer algunha concesión, debe facerse somentes á tradición literaria.
- 3) Un portugués ou brasileiro do nivel intelectual necesario como para sentir curiosidade por un libro, pode, superadas as dificultades iniciais que supoñen as grafías *ll=lh, ñ=nh*, etc., superar tamén as de ler *ó=ao, ós=aos* (fonética que, por outra banda, xa se dá no propio portugués)
- 4) Se tratamos de ensinar a un neno galego ou a umha persoa galego-falante, a dificultade que suporía facerlle comprender que escribimos *todos os* pro debemos pronunciar *tódoos*, fai escasamente rentable estas normas. E o que aínda é máis grave, as Normas neste senso tenden a favorecé-la desaparición dunha forma xenuinamente galega” (García, 1971: 133; itálicos no original).

Com esta insistência na intenção de plasmar “aqueles feitos que se dean de xeito xeral na lingua falada”, admitindo unicamente algunhas concessões à tradición literária e alegando criterios pedagóxicos, o Método do Instituto aceita como propia, sem reservas, unha ortografía coincidente com a castelhana e afasta-se das *Normas...* académicas em vários pontos, dos quais os menores nom som aqueles para os quais a RAG tinha alegado a concordância com a variante portuguesa e escolhido em contra da opção coincidente com o castelhano; para além disto, também propom o ILG outras soluções que, por força de procurarem representar esta ideia da “realidade falada” -central no discurso do Instituto e mais periférica no ideário tanto do galeguismo histórico como de Galaxia-, acabam por afastar o modelo galego do estándar português e aproximá-lo do castelhano⁽²³⁾. Portanto, a ideia de língua do Instituto universitário colide com a defendida por Galaxia e pola Academia nom apenas na priorização dos seus criterios de partida (foneticismo com algunha cedência à tradição literária e juízos de facilidade na aprendizagem da parte do ILG, tradição literária com apoio no referente português e só despois carácter geral das escolhas e vitalidade na fala para a RAG), mas é sobretudo na consideração da língua da Galiza em relação com a variante portuguesa que os dous modelos se afastam substancialmente.

Contodo, neste mesmo número 32 de *Grial* (1971: 202-210), um incipiente “Grupo de Traballo Galego de Londres” formado por jovens galegos residentes nessa cidade britânica –entre os quais destacam Maria Teresa Barro e Carlos Durán– compartilha com a linha central do galeguismo histórico e com Galaxia e a RAG a mesma ideia sobre a relação lingüística galego-portuguesa agora discutida polo ILG; este Grupo elabora e publica agora um “Plan pedagóxico galego” onde figura a afirmação categórica de que “o primeiro factor distintivo da situación bilingüe de Galicia é que o galego non é lingua minoritaria. É –aínda– a lingua da maioría do pobo galego, a de Portugal, Brasil, Angola, Mozambique e outros pobos de África e Asia” (Barro *et al.*, 1971: 203).

No número seguinte desta mesma publicação, o co-director de *Grial*, ideólogo e home forte de Galaxia, Ramón Piñeiro (1971b: 363-364), recensionaria e recebe o Método publicado polo ILG distinguindo nele três planos de interesse: a “súa significación como amosa dunha política cultural universitaria, a súa modernidade pedagóxica e o seu criterio unifi-

²³ Para o Método do ILG “o plural dos nomes rematados en *-l* debe facerse engadindo o morfema *-es* ó singular” (García, 1971: 139) e a solución da terminación latina *-BILE* deve ser *-ble* (“animales” e “amable” face os “animais” e “amável” propostos pola RAG). Mas nom só, na proposta do ILG destaca a assimilação do *-r* e do *-s* final de determinadas formas verbais e de alguns advérbios com o *l*- inicial do alomorfé do artigo determinado no fenómeno conhecido como “segunda forma do artigo”, ou a contracção de várias preposições com o mesmo artigo (i.e., “*Tódolos días vou prá vila pra leva-la comida ó rapaz*” e nom “*Todos os días vou para a vila para levar a comida ao rapaz*” como propom a RAG).

gador da língua” (Piñeiro, 1971b: 363)²⁴. Quanto ao primeiro ponto, Piñeiro louva a iniciativa do ILG e encontra na nova lei de educação a legitimidade da actuação do Instituto para ocupar-se da eventual incorporação do galego ao ensino; porém, Piñeiro diferencia, distribui, atribui e hierarquiza as várias responsabilidades sobre a língua entre os organismos universitários e a Academia: ao ILG e ao ‘Instituto de Ciencias de la Educación’ (ICE) corresponde a responsabilidade sobre o campo do ensino (técnica e pedagógica, respectivamente), ficando reservada para a Academia por causa do seu carácter oficial a maior e mais importante das responsabilidades (para Piñeiro), a cultural; isto é, a de velar pela língua dos escritores, a quem os homes de Galaxia assinalam como os principais responsáveis de forjar um modelo culto para o galego. Conclui Piñeiro com um chamamento à necessidade e complementariedade das três instituições. Vejamo-lo por extenso e em palavras do próprio Piñeiro (1971b: 363; itálicos meus):

O feito de que a Universidade puxese simultaneamente en marcha a edición do método e máis a creación do Instituto de la Lengua Gallega semella indicar que se dispón a asumir a iniciativa da incorporación do galego ao ensino, misión que sin dúbida lle incumbenbe conxuntamente co ICE. De acordo coa nova Lei, a responsabilidade pedagóxica desa incorporación compartiran, do xeito que sexa, ambas entidades. [...] desexamos e agardamos que realicen con tino tan trascendente misión. Certo que a responsabilidade conxunta cinguese ao campo meramente pedagóxico da lingua [...] mais non é menos certo que a responsabilidade pedagóxica da incorporación do galego ao ensino é de suma importancia. Naturalmente, alén da investigación técnica e da orientación pedagóxica como esferas delimitadas de actividade – de actividade moi importante, e nesta ocasión máis que nunca-, está a lingua mesma como realidade cul-

²⁴ Meses antes da publicação da recensão do líder de Galaxia em *Grial* (na rua só despois de Setembro desse ano), no diário lisboeta *República* de 25 de Maio Rodrigues Lapa tinha informado já sobre a edição do Método do ILG. No seu artigo (“Lembrança da Galiza”, pp. 1 e 15), o galeguista português limita o âmbito da actuação do Instituto ao campo do ensino, apoia “o necessário intercâmbio entre a Galiza e Portugal”, chama a atenção para a importância da codificação ortográfica, avala a autoridade da RAG nesta matéria e aventura a possibilidade do seu melhoramento progressivo (cf. com Piñeiro, 1971b): “[o manual do Instituto é um] instrumento indispensável na didáctica da língua. É um bonito volume, concebido segundo as exigências da pedagogia moderna, bem adaptado ao ambiente que procura servir, [...]. Ao esforço de conservação [dumha língua ‘sem experiência literária, relegada simples e unicamente a expressão popular de labregos e marinheiros’ e na qual ‘Não se considerava, por ignorância ou má fé, a sua história ilustre’] vem juntar-se o da disciplina ortográfica, muito descurado até agora. Felizmente que a Real Academia Galega já adoptou uma série de normas para a regularização da escrita, que se imporão sem demasiado constrangimento aos que escrevam no idioma materno. E como a ortografia é instrumento convencional, ele se irá aperfeiçoando até colocar o galego ao nível dumha língua literária, na verdadeira e gloriosa acepção do termo. Que não perca, nessa evolução necessária, a sua frescura, a originalidade e o encanto mágico do seu léxico rural e marinheiro, -são os nossos votos” (p. 15; itálicos meus).

tural viva cuio xenio se manifesta a través dos seus cultivadores. E son estes mesmamente, os que a cultivan oral e literariamente na súa función esencial –espresiva e comunicativa–, os verdadeiros responsables da lingua como tal. Como é ben sabido, contan con diversos órganos para favorecer o desenvolvemento de tan complexa e delicada responsabilidade colectiva, entre os cales, por citar un de carácter oficial, mencionaremos á Real Academia Gallega. Por onde resulta que a responsabilidade pedagóxica do ICE, a responsabilidade técnica da Universidade [do ILG] e a responsabilidade cultural da Real Academia Gallega son necesarias por igual e complementarias entre sí.

No que ao segundo punto di respeito, Piñeiro limita-se a dar os parabéns ao Instituto pola exceléncia e a modernidade do seu Método, pom o inconveniente de ter sido escrito en castelhana e desexa que nos dous volumes que faltan para completar o Método de aprendizaxe seja utilizado o galego. Já no terceiro punto da súa recensom, o líder de Galaxia é consciente de que o criterio unificador defendido polo ILG “podería resultar ríspidamente polémico si se enfoca con pouco tino” (Piñeiro, 1971b: 364), portanto, tenta gerir o dissenso e evitar a todo o custo a confrontaçom entre o Instituto universitário e a Academia; para isso minimiza as diferenzas entre os modelos do ILG e da RAG, valida também como possibilidade legítima a ideia lingüística defendida polo Instituto (foneticismo e distanciamento do modelo portugués) e destaca o carácter igualmente provisório das dúas propostas. Todo isto contribuí para assentar no campo a creñça de que o prioritário é o uso da lingua –norma sistémica e também valor *esencial* nos dous projectos: “a fala do pobo” tinha dito Constantino García (1971: 133), o “vencello esencial que lle dá presenza definida á nosa persoalidade colectiva” tinha dito Piñeiro em nome de todo o grupo já em 1956 (1974: 99)-, assi como que a natureza do modelo utilizado é umha questom secundária na medida em que as dúas propostas compartilham para Piñeiro a utilidade de estender o uso social do galego²⁵. Contodo, o líder de Galaxia continua insistindo na especializaçom: em reservar em regime de exclusividade para o Instituto universitário o campo do ensino e para a Academia a autoridade sobre os escritores, a quem sabemos que o grupo Galaxia/RAG atribuí o papel modelar principal num processo de unificaçom lingüística assente para os seus agentes na tradiçom literária (Piñeiro, 1971b: 364; itálicos no original, sublinhados meus):

²⁵ Também para os integrantes do Grupo de Traballo Galego de Londres a normalizaçom tem prioridade sobre a normativizaçom (ou, por outras palabras, a prioridade recai em promover a extensom do uso e nom a qualidade do uso): “Falar e escribir con arreglo a criterios de corrección virá despóis. O primeiro e o máis urgente é falar o galego que un fala e leer o galego que hai escrito” (Barro *et al.*, 1971: 209).

a finalidade percurada [polo ILG] era acadar unha unificación para os usos universitarios, coas posibles derivacións docentes, sin pretender invadir o campo e as responsabilidades da Real Academia Gallega. O Departamento seguiu as normas ortográficas da Academia a non ser en dous puntos nos que preferiu aplicar un criterio máis fonetista que o académico. Mais o director do Departamento [...] ten insistido na cativreira importancia destas diferencias. [...] serán os seus cultivadores, en especial os escritores, os que verdadeiramente forxarán o galego culto, e non os lingüistas como tales, cuia técnica traballa co esqueleto das linguas e non co seu élan vital. [...] hai unha terceira [característica] que non podemos deixar de sinalar: a súa intención [do ILG] de colaborar co proceso de unificación idiomática dende un punto de vista marcadamente fonetista e craramente particularista anti-luso, punto de vista que refreixa unha das actitudes posibles ante o problema da unificación.

Nesta etapa en que estamos, de transición do galego puramente oral a un galego culturalmente maduro con lingua escrita, ou sexa, plenamente apto para desenvolver as esixencias da mentalidade contemporánea, todas as achegas, e esta entre elas, poden resultar útiles de algunha maneira, inda que todas sexan polo de agora inevitablemente provisionáis. Ao cabo, a fasquía unificadora da lingua será dada pola interacción cultural dos que a falan e dos que a escriben, sin esquecer que a verdadeira unificación acádase na lingua escrita e non na falada.

Por mais que as *Normas...* da Academia também fossem elaboradas para servir de referência no ensino⁽²⁶⁾, Galaxia nom discute ao ILG a autoridade exclusiva neste campo; nomeadamente a autoridade sobre os docentes, a quem o Instituto fornece materiais que, em ausência doutros alternativos, tenhem enorme sucesso no mercado⁽²⁷⁾ e convertem a sua utilização em obrigada nos numerosos cursos opcionais de língua gale-

²⁶ “Pomos, con estas normas, as bases dunha unificación da lingua escrita; pero non pretendemos fornecer aos interesados polo estudo do galego un instrumento didáctico de inmediata aplicación. Os profesores haberán de axecitar ao grao correspondente a formulación das regras que aquí lles ofrecemos. O mesmo que no caso das normas ortográficas, estas normas morfolóxicas han ser explicadas polo docente ao alumnado, e traducidas en versión[s] máis populares cando sexa preciso” (RAG, 1971: 21).

²⁷ “O primeiro volume, *Gallego 1*, redactado en español, publicouse en 1971; os outros volumes, *Gallego 2* (1972) e *Gallego 3* (1974) apareceron xa en galego, con varias reimpresións e reedicións [NOTA: [...] Desde o 14 de maio de 1971, día no que se presentou publicamente o primeiro volume deste método de aprendizaxe do galego ata o 1 de outubro dese ano ían vendidos 4.273 exemplares dunha tirada de 8.000 [...]. Isto é unha mostra da boa acollida do método, do que se venderan a comezos de 1978 uns 50.000 exemplares da serie]” (Fernández Rei, 1991. 17-18).

ga leccionados nos inícios dos anos setenta em escolas universitárias e faculdades, colégios e liceus, ou em locais de concelhos e associações culturais de todo o país, sempre com o apoio material e em muitos casos também humano do ILG⁽²⁸⁾. O enorme sucesso destes materiais no PSCG deve ser entendido em função tanto da precariedade característica do próprio sistema como da relativa debilidade do seu grupo mais central para ocupar o novo espaço habilitado para a língua da Galiza. Por um lado, a precariedade que caracteriza o PSCG contribui para que qualquer novo material proposto por algum dos grupos em jogo seja legitimado, valorizado e aceite polo conjunto do proto-sistema como um contributo fundamental para a sua sobrevivência com tal de ajudar ao preenchimento de algum dos numerosos défices existentes; isto é especialmente assi neste caso já que os novos materiais som colocados no PSCG com o aval de todo o capital simbólico que fornece a universidade e vam especialmente dirigidos para o campo do ensino, campo habilitado *ex novo* para o galego e onde agora se joga a sobrevivência do sistema em detrimento da primazia de que até esse momento gozava o campo literário. Por outro lado, a relativa debilidade (incapacidade) de Galaxia obriga a “pactar” o reparto de responsabilidades entre umha RAG deslegitimada para impor os seus postulados à totalidade do campo e um ILG avalado pola sua própria natureza de instituição ligada ao único centro de ensino superior da Galiza da altura e, de acordo com a nova lei de educação, legitimado para intervir no campo do ensino. Melhor posicionado e com maiores e melhores capitais que colocar no novo campo de luta (e favorecido polo talante democrático e participativo que, já foi indicado, Galaxia queria/devia introduzir no processo de normalização cultural da Galiza) o Instituto ganhará para si o prestigiado campo do ensino com a anuência do grupo que controla a RAG e o campo literário. Isto é, con-

28 “O pulo do ensino na escola e nos demais centros educativos fará o labor de sosté-la norma lingüística e prestixiá-la lingua”, dirá Constantino García três anos despois (1974: 156), quando repase a situación da lingua galega no ensino, indicando também por estas palabras que *sustentar* a norma lingüística do ILG nom é umha questom menor para o presidente dum Instituto universitário que tinha a elaboraçom de manuais normativos do galego entre as suas obrigas estatutárias; de facto, nesse mesmo informe dirá também que “*A defensa da lingua está na norma. [...] A norma galega non está representada pola fala de ningunha corte ou cidade, senón pola abstracción da fala popular que ven a coincidir coa fala dos medios cultos da rexión*”. Falando a variedade local cada ún pode ver que as diferencias que ten cos autores literarios ou cos libros de testo pró ensino do galego son moi poucas” (García, 1974: 150; itálicos meus). Ao sucesso da incorporaçom da lingua da Galiza ao ensino nos anos setenta (no modelo proposto polo Instituto da USC) nom é alheia a actividade docente e investigadora desenvolvida polos membros do ILG nessa altura; estes agentes están caracterizados no vital pola sua juventude, no político por um galeguismo mais popular(ista) e, em geral, mais à esquerda que o simbolizado por Galaxia, e no académico polos interesses próprios de quem está a iniciar a sua trajetória universitária sob a orientaçom do único catedrático dumha área em clara expansom. Como prova de mais algunha tentativa de Galaxia de contribuir para a elaboraçom de materiais para o ensino, mas sobretudo da (con)cessom da autoridade ao ILG nesse campo, indico apenas que “En 1972 a Ed. Galaxia editou [10.000 exemplares d]o libriño *Lecturas Galegas I*, destinado a nenos de EXB, obra que fora redactada por Valentín Arias e *revisada lingüísticamente polo ILG [que assinou a publicaçom]*” (Fernández Rei, 1991: 18; sublinhado meu).

forme com umha estratégia cultural baseada na tradição sustentada nos textos literários (lugar privilegiado e depósito das essências dum galeguismo assente na ideia orgânico-historicista de nação: “a percepção da nação como comunidade orgânica fundada na sua tradição” [Thiesse, 2000: 171]), Galaxia continua fiando a sua posição central no PSCG ao monopólio de facto dum campo literário que agora cede parte considerável da sua importância para configurar a orientação do PSCG em favor do campo do ensino⁽²⁹⁾.

Enfim, com a sua tomada de posição, o ILG nom consegue apenas o monopólio do decisivo campo do ensino, consegue também que Galaxia avale (ainda provisoriamente) um modelo lingüístico-cultural caracterizado pelo seu foneticismo e antilusismo, e com isto legitime umha orientação até esse momento marginal no PSCG, onde a defesa da unidade lingüística e cultural galego-portuguesa (postulada polos principais agentes do galeguismo desde as suas primeiras formulações e por enquanto sustentada por Galaxia) tinha ocupado historicamente umha posição central num projecto que tem como alvo um maior grau de soberania cultural para a Galiza⁽³⁰⁾, e ainda agora continuará a ser defendida frontalmente polo maior e mais activo agente do galeguismo em Portugal, Manuel Rodrigues Lapa.

Galaxia e Rodrigues Lapa

Desde a sua primeira viagem à Galiza para acudir a umha homenagem a Daniel Castelao, em Agosto de 1932, Rodrigues Lapa ficará cativado pola figura do líder do Partido Galeguista e já nunca mais deixará de se interessar pola Galiza e de realizar um importante trabalho de mediação e promoção cultural do galeguismo em Portugal⁽³¹⁾. Como

²⁹ Ainda que os grupos políticos de esquerda nom som objecto deste trabalho, parece necessário dizer agora que a preeminência de Galaxia no PSCG é ameaçada também já desde meados de sessenta sobretudo por agentes enquadrados politicamente na clandestinidade do novo nacionalismo de orientação marxista: defensores de repertórios social-realistas e, em geral, opostos ao grupo Galaxia/RAG no campo literário, os vários grupos nacionalistas pelearám ao longo da década de setenta pola configuração e o controlo de campos de nova criação de facto também desatendidos por Galaxia, como a música, o cinema, ou os meios de comunicação.

³⁰ Assente “num conjunto de materiais suficientes caracterizados pola sua capacidade diferencial, concorrente e identitária” (Torres Feijó, 2000: 979), o director do grupo Galabra define a soberania cultural como a capacidade dos intervenientes num sistema cultural de manter a suficiência sistémica, isto é, a existência, funcionamento, continuidade, identidade e estabilidade do próprio sistema sem que estes traços sejam alterados em dependência de agentes, instituições ou sistemas alheios.

³¹ Para a figura, a obra e a relação com a Galiza do professor Manuel Rodrigues Lapa veja-se, por exemplo, Rodríguez (2000), Montero Santalha (1989) ou Del Riego (Lorenzana, 1964). Aí poderá ser encontrada bibliografia e informação sobre o filólogo e o medievalista, o professor e o intelectual de reconhecida trajectória democrática (por isso afastado da docência polo regime salazarista nos anos trinta, preso nos quarenta e exilado no Brasil de 1957 a 1962) e, enfim, sobre o agente do galeguismo de pré-guerra em Portugal, o sócio correspondente da RAG desde 1945 e home na órbita de Galaxia desde a primeira hora.

fruto deste trabalho, Lapa consegue contornar todos os impedimentos colocados pelo sector mais à direita do Conselho da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e organizar umha “**Semana de Cultura Galego-Portuguesa**” entre 18 e 23 de Janeiro de 1971 no Museu Machado de Castro de Coimbra sob o patrocínio da Universidade desta cidade e da Academia galega (Lapa, 2001: 298-313). Com esta Semana, recensionada em *Grial* 31 (Janeiro-Março, 1971: 124-125), os galeguistas divulgam os seus postulados em sede universitária e dam um passo mais na institucionalização do relacionamento galego-português³²; para isto apresentam ponências da parte portuguesa o próprio Lapa -que abre a Semana com umha palestra sobre “A Galiza, o galego e Portugal” publicada em 1975 na revista coimbrá *Biblos* (Vol. II, pp. 45-64)-, Orlando Ribeiro, catedrático de Geografia Humana da Universidade de Lisboa e antigo aluno de Lapa, que pronunciou umha conferência intitulada “Galiza: a Terra e o Homem”, e o professor Joseph M. Piel, filólogo de longa trajectória universitária que tratou do fundo latim vulgar na toponímia e no léxico comum galego-português. Da parte galega pronunciam conferências tanto o ideólogo como o crítico literário de Galaxia, Ramón Piñeiro e Ricardo Carballo Calero, o primeiro sobre as “Características da Cultura Galega” e Carballo sobre as “Figuras Representativas da Literatura Galega Actual”.

No quadro geral de comunidade de cultura e idioma defendida unanimemente nas palestras³³, Ramón Piñeiro distingue na sua conferência três momentos fundamentais na cultura galega: um primeiro de apogeu coincidente com o período da lírica medieval em língua galego-portuguesa, um segundo de decadência lingüística e cultural caracteri-

³² E de passagem a RAG sai reforçada como interlocutora possível das altas instituições portuguesas; por mais que a primeira opção de Lapa fosse a USC, e “Apesar da decadência em que está (mas já esteve muito pior), é a Academia Galega que representa, simbolicamente, pelo menos, a recuperação da cultura galega” (Lapa, 2001: 307; carta datada em 1970/11/12). E esta recuperação passa pola consecução de objectivos como os procurados com a Semana (Lapa, 2001: 303; carta de 1970/10/22, itálicos meus): “Temos trabalhado o melhor possível para que tudo resulte bem e saíamos *prestigiados e compreendidos*”.

³³ A manter esta unanimidade ajudou seguramente que o professor coimbrão Nogueira Gonçalves substituísse com umha conferência sobre o românico na Galiza e no norte de Portugal ao professor da Universidade compostelana Ramón Lorenzo, que nom puido deslocar-se a Coimbra para pronunciar a conferência que figura no programa da “Semana” com o título “Galego e Português. Estado actual da Filologia Galega”. Lorenzo fai parte, juntamente com os jovens professores da USC José Luís Couceiro, Guillermo Rojo e Antón Santamarina (secretário do ILG), da equipa redactora do *Gallego 1*; Lorenzo tinha defendido “una acomodación a los fonemas portugueses” (*La Noche*, 1960/02/15) mas “ya en 1962 se muestra contrario a la adaptación del sistema gráfico del gallego al del portugués en el artículo *Problemas da lingua* (en ‘Vieiros’)” (Cañada, 1974: 178). Para além das evoluções e ambigüidades características do sistema e dos seus agentes, a conferência de Lorenzo em qualidade de lingüista viria completar o leque temático das intervenções galegas na “Semana” (constando este assi de Cultura, Literatura e Língua) e significaria a participação nesta actividade doutro professor da USC para além de Carballo Calero (lembramos que era à USC que Lapa queria como parceira da Universidade de Coimbra); o convite de Lapa a Lorenzo evidencia, também, o desejo de unidade por cima de diferenças consideradas ainda menores.

zado na língua pela oralidade e na cultura pela introspecção que fai surgir o humorismo, o lirismo e a saudade (elementos identificadores que este galeguismo considera comuns com Portugal) e um terceiro de Ressurgimento da língua e a cultura da Galiza (do século XIX até a actualidade do autor). Por sua parte, a conferência pronunciada por Carballo Calero (publicada em *Grial* três anos despois) é bem esclarecedora dos repertórios literários que Galaxia quer elevar à categoria de canónicos. Na sua palestra coimbrá, despois de reafirmar a unidade lingüística galego-portuguesa e indicar que esta unidade nom é já extensível à literatura –“Podemos, pois, falar aínda de lingua galego-portuguesa. Pero non podemos falar de literatura á que aplicar esa mesma denominación” (Carballo, 1974: 269)–, o professor da USC (Carballo, 1974: 271) disserta “sobre o que hoxe, na literatura galega, ten porvir, ofrece probabilidades de permanecer”, e escolhe “catro figuras representativas das respectivas xeracións; [...]. Catro figuras, pois, que, segundo o meu sentir, teñen asegurada algunha forma de permanencia na historia da literatura galega”; esta permanência será conseguida, para Carballo, em função do respeito pola tradición, da plasmação daqueles elementos que Galaxia considera marcadores identitários (lirismo, humorismo, saudade...) e dum uso entendido como elevado da língua ou, em negativo, da oposição à arte social-realista e ao uso lingüístico “desfarrapado” dos novos escritores ligados ao incipiente e clandestino nacionalismo marxista⁽³⁴⁾.

Ao lado do trabalho de mediação realizado por Lapa, neste mesmo ano 1971 outros contactos do galeguista de Anadia contribuem também para a construção do intersistema cultural galego-português procurado polo grupo, agora através do acolhimento e a divulgação de materiais galegos numha revista central como *Colóquio/ Letras*. Fundada em Março desse ano 1971 e co-dirigida por dous antigos colaboradores de Galaxia, Hernâni Cidade e (sobretudo) Jacinto do Prado Coelho⁽³⁵⁾,

³⁴ As quatro figuras som Otero e Cunqueiro como prosistas e os poetas Bouza-Brey e Díaz Castro: Otero Pedrayo, como sobrevivente do grupo que elevou a cultura galega a um nível europeu (o grupo *Nós*) e porque “a obra de Otero, en eminente parte social, pero craro está, ceibe de todo dogmatismo científico ou político, parecêu conformista, ou neutra, ou aséptica, ou escapista, a aqueles que fuxindo de sí mesmos diluíranse ou teimaban diluírense na masa da colectividade” (Carballo, 1974: 273); Fermín Bouza-Brey, face os vanguardistas Manuel Antonio e Amado Carballo, pola sua poesia “fortemente artellada na tradición” (Carballo, 1974: 275; itálicos meus); Álvaro Cunqueiro, polo elemento lúdico, o *lirismo* e o *humorismo*, e pola sua “lonxanía dos problemas vidaís aos proféticos cantores sociais que hoxe enchen o ámbito coas súas voces” (Carballo, 1974: 275); e, por último, Díaz Castro, por acolher no período de após-guerra a *saudade*, porque “é tamén un poeta social. Só que non ten vocación de demagogo, polo que a súa poesía é descriptiva e non normativa” (Carballo, 1974: 277) e porque “A súa obra, de base humanística e labrega, [está] espresada nunha *lingua magnífica, frente ao desfarrapado galego-castelán dos pseudopopulistas*” (Carballo, 1974: 278; itálicos meus).

³⁵ Jacinto do Prado Coelho é umha figura central no campo intelectual, universitário e da crítica literária em Portugal, tinha participado já nos 7 *ensayos sobre Rosalía* publicados por Galaxia em 1952 (Torres Feijó, 2002: 45 e ss.) e incluído à Galiza ao lado de Portugal e do Brasil no seu *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira* publicado por primeira vez em 1960. Hernâni Cidade, figura nom menos

Colóquio/ Letras converte-se na maior plataforma do galeguismo de Galaxia em Portugal entre 1971 e 1973, facto apoiado em que entre os objectivos fundacionais da publicação está a “crítica de livros (inclusive brasileiros e galegos)” (*Colóquio/ Letras* 1, Março, 1971: 6). Mas, para além da recensom de obras literárias³⁶ e da informação esporádica do acontecido no PSCG que fornecem as “Carta[s] de Santiago de Compostela” de Ramón Piñeiro³⁷, esta publicação também dá notícia das presenças públicas em Portugal de membros de Galaxia ou de pessoas próximas ao grupo, como acontece por ocasiom da conferência sobre “A realidade histórica galega” pronunciada polo escritor Álvaro Cunqueiro em 8 de Maio de 1971 no local lisboeta da “Juventud de Galicia” (v. também *O Século*, 1971/05/09, p. 7; a este mesmo Centro Galego irá no mês de Dezembro Francisco Fernández del Riego). *Colóquio/ Letras* resenha no seu número de Setembro (nº 3, p. 100) essa conferência de Cunqueiro, salientando que o escritor de Mondonhedo,

afirmando fidelidade a Espanha, exaltou a fala materna –fonte de riqueza inestimável dentro da pluralidade hispânica, já que produto e instrumento duma visão e dun sentir peculiares. Ligada à Espanha e simultâneamente às culturas de língua portuguesa –a de Portugal e a do Brasil-, a Galiza dispõe duma situação privilegiada (assim saiba tirar partido dela!) e pode constituir um elo entre duas grandes unidades culturais.

central no campo universitário e da crítica portuguesa, proposto como académico em sessom de 25 de Novembro de 1968, é nomeado membro correspondente da RAG em 26 de Janeiro de 1969.

- ³⁶ Recensionam livros galegos entre 1971 e 1973 (sempre utilizando o modelo da RAG, como todas as colaboraçons galegas destes anos) Basilio Losada, Ramón Piñeiro e Ricardo Carballo Calero. O primeiro, professor de lingüística e literatura galego-portuguesa da Universidade de Barcelona, dá notícia nestes três anos d’*A Esmorga* de Eduardo Blanco Amor e das *Prosas Galegas* de Florentino López Cuevillas (nº 3, Setembro, 1971), de *Adiós María* de Xohana Torres (nº 8, Julho, 1972) e de *Xente de aquí e de acolá* de Álvaro Cunqueiro (nº 9, Setembro, 1972). Por sua parte, Piñeiro resenha a *Historia da literatura galega* de Francisco Fernández del Riego (nº 8, julho, 1972) e, no mesmo ano, Ricardo [Carballo] Calero recensionam os *Contos de pantasmas* do académico Leandro Carré (nº 10, Novembro, 1972).
- ³⁷ Estas cartas focam de preferência a problemática da língua da Galiza, por tratar-se dumha preocupação central no PSCG e porque essa identidade lingüística galego-portuguesa defendida por Galaxia fai que Piñeiro entenda “que os problemas relativos á lingua galega son os que poden resultar mais interesantes para o mundo cultural lusuado” (Piñeiro, 1972: 75). Na primeira “Carta...” Piñeiro (1971a: 78-80) informa brevemente da celebraçom do “Dia das Letras Galegas” com que várias instituçons da Galiza (a USC e Galaxia entre elas) homenageam cada 17 de Maio algunha figura do panorama cultural galeguista proposta pola RAG desde o centenário da publicaçom dos *Cantares Gallegos* de Rosalia de Castro em 1963 (neste ano 1971 o poeta Gonzalo López Abente), e saída sob a epígrafe “Evolución do problema da lingua” a “elaboración e publicación de un *Método para o estudo da lingua galega*” polo ILG (p. 78), destinado a “facilitar o aprendizaxe gradual da lingua” e a “fixar [unicamente] o galego escolar” (p. 79). Na segunda “Carta...” (Piñeiro, 1972: 75-77) informa de maneira optimista de “A expansión crecente da lingua galega”, noticiando a sua progressiva incorporaçom à Igreja católica, à Universidade, à Academia e à Judicatura. A terceira e última (*Colóquio/ Letras* 10, Novembro, 1972: 64-66) é dedicada ao ilustrado galego frei Martín Sarmiento por ocasiom do bicentenário da sua morte e a publicaçom da obra que este ilustrado dedicou à lingüística galega polo professor de origem galega e catedrático de Filologia Románica da Universidade de Salamanca J.L. Pensado.

Esta ideia da Galiza como elo de união entre a Espanha e Portugal por causa da sua dupla ligação, política e linguístico-cultural (com o Estado Espanhol e com os territórios da língua comum galego-portuguesa), foi fabricada pelo galeguismo do século XIX e desenvolvida por Daniel Rodríguez Castelao no livro terceiro do *Sempre en Galiza*, texto este publicado por primeira vez no exílio bonaerense em 1944 pelo líder do Partido Galeguista, resumo do seu pensamento político e livro canónico por antonomásia do nacionalismo galego. A afirmação explícita de fidelidade à Espanha feita por Cunqueiro pode ter a ver com o desejo de distanciamento da fonte de elaboração desta ideia, referenciada no campo político antifranquista; seja como for, e por mais que a trajetória política pessoal de Cunqueiro deveria eliminar nele qualquer suspeita de nacionalismo galego (estivo ligado ao falangismo durante a guerra civil e sempre a posições políticas de direita levemente galeguista), o certo é que a negação estratégica de qualquer tipo de intencionalidade política e a articulação no plano estritamente cultural do projecto tanto de Cunqueiro como de Galaxia contribui, na Galiza, para que o regime franquista coloque menos impedimentos às suas actividades (sem que isto signifique o desaparecimento das suspeitas de separatismo político com que historicamente som vistas pelas forças centralistas do Estado as reivindicações galeguistas) e, em Portugal, minora possíveis problemas políticos dos parceiros de Galaxia com o regime salazarista aliado do franquismo e favorece a circulação de materiais culturais entre estas duas instituições centrais nos seus respectivos sistemas, Galaxia e *Colóquio/ Letras*.

O mesmo objectivo de difundir os repertórios defendidos por este galeguismo culturalista que tinha levado Cunqueiro a Lisboa em 1971, foi a um dos co-fundadores de Galaxia e presidente da RAG desde 1960, Sebastián Martínez-Risco y Macías, acudir a figuras galegas e portuguesas centrais no imaginário do galeguismo (como o patriarca das letras galegas e primeiro presidente da RAG, Manuel Murguía) para defender em conferência pronunciada no “Círculo Mercantil e Industrial” de Vigo em 21 de Janeiro de 1972 (e publicada no ano seguinte [Martínez-Risco, 1973: 15]), “unha tesis que consideramos de proba doada: a que sostén a identidade sustancial dos idiomas galego-luso-brasileiro”⁽³⁸⁾.

Sabemos que esta tese é questionada na prática pelo Método do ILG e, ausente do discurso e dos materiais fabricados pelo Instituto universitário, está a ficar de parte nos campos chefiados pela ILG em favor da

³⁸ Conceitos como “idioma” ou “língua” (utilizados nesta altura com grande ambigüidade), quando aplicados a galego, português e/ou brasileiro estão a indicar que estas três variedades compartilham um sistema linguístico comum e trielaborado.

defesa da “abstracción da fala popular” (García, 1974: 150) como modelo estándar para a língua da Galiza. Porém, isto nom é percebido publicamente de maneira negativa por Galaxia, mas muito polo contrário: o mesmo Ramón Piñeiro que homologa em *Grial* o modelo do Instituto perante o público galego (1971b) apresenta meses antes a instituição universitária em Portugal da mão da *Colóquio/ Letras* dando-lhe os parabéns por “atende[r com o seu Método] a unha necesidade xeral de todos os galegos” (1971a: 78), reconhecendo que, “no tocante á lingua, a Universidade asume con decisión a sua alta responsabilidade como institución cultural” (Piñeiro, 1971a: 79) e silenciando qualquer diferença na orientação lingüístico-cultural entre o grupo Galaxia/RAG e o Instituto universitário.

Sabemos que minimizar os elementos separadores, agora até o silêncio, contribuí para evitar qualquer indesejada fricção entre os dous grupos mais institucionalizados do PSCG numha questom tam central como a da codificação lingüística, num momento em que, ademais, à raiz da dinâmica gerada pola “Ley General de Educación” de 1970, a língua da Galiza tem umha presença crescente e significativa por vez primeira em campos e em espaços sociais até entom desconhecidos (e a atribuição ao uso do galego dum carácter de símbolo antifranquista polos grupos contrários ao regime tampouco parece alheio a este facto), assi como renovadas oposições desde fora do galeguismo (Piñeiro, 1972: 75; *itálicos meus*):

no derradeiro decenio iniciouse nos sectores *xóvenes –e nos máis cultivados- da burguesía urbana* un movemento de respeito pola lingua e, pouco a pouco, un reconecemento da sua *importancia espiritual como símbolo da personalidade colectiva*. Hai tamén, como é natural, un movemento de *resistencia* a este proceso aperturista, así que a situación presente é de *tensión*.

Esta tensom que percebe o co-director de *Grial* entre o projecto galeguista e os sectores contrários à galeguização da sociedade, produz-se quando Piñeiro afirma que está a ser ganhado para o uso do idioma, nos termos *espirituais e simbólicos* que Galaxia atribui ao galego, um sector social identificado com a modernidade e considerado polo mesmo estratégico para a sobrevivência do PSCG. Nesta conjuntura -poderíamos dizer dum optimismo vigilante que desaconselha o enfrontamento entre parceiros- Piñeiro trabalha para a unidade dos vários grupos presentes no PSCG, polo menos dos mais institucionalizados (Galaxia/RAG e o ILG).

Esta análise de Piñeiro vai ser discutida por Lapa no artigo “**A recuperação literária do galego**”, publicado no ano seguinte primeiro em

Colóquio/ Letras 13 (Julho, 1973: 5-14) e depois em *Grial* 41 (Julho-Setembro, 1973: 278-287). Neste texto Rodrigues Lapa apela fundamentalmente aos depoimentos favoráveis a umha maior aproximação lingüística galego-luso-brasileira de agentes novos (dos consagrados Lapa cita apenas o escritor Eduardo Blanco Amor, regressado da Argentina em 1965 sem grande apoio dos seus antigos colegas galeguistas de pré-guerra): recorre Lapa, entom, a Xavier Alcalá, galego de adopção, engenheiro e escritor com umha única obra no mercado desde o ano anterior; a Carlos Durán e Maria Teresa Barro, membros do “Grupo de Traballo Galego de Londres” e vinculados ao nacionalismo socialista próximo de Galaxia, e às leves adaptações lusógrafas dos poetas social-realistas Manuel Maria e Celso Emilio Ferreiro nas antologias publicadas por estes militantes do nacionalismo comunista na editora Razão Actual do Porto em 1972. Mas Lapa apoia a sua tese sobretudo em Ernesto Guerra da Cal –professor da Universidade de Nova Iorque, conceituado queirosianista e reconhecido poeta (Gómez, 2002)–, porque já em finais de cinqüenta e princípios de sessenta este intelectual, nessa altura próximo de Galaxia, se tinha acolhido à autoridade da máxima figura do galeguismo do século XIX, Manuel Murguía, para teorizar e praticar os seus postulados de aproximação galego-portuguesa em dous poemários publicados por Galaxia –*Lua de alén-mar* (1959, prefaciada por Jacinto do Prado Coelho) e *Rio de Sonho e Tempo* (1963)–; nestas duas obras Guerra da Cal tinha optado por algumas soluções gráficas comuns à ortografia oficial em Portugal e diferenciais com respeito à ortografia do castelhano, indicando que “Non fazemos nisto senón seguir o conselho venerábel do patriarca Murguía, que xá recomendou a unificación lingüística con Portugal, apontando que nela estaba o porvir do noso idioma” (Da Cal, 1959: 14).

Despois de indicar Lapa que a falta de apoio governamental, o ruralismo, a emigração e a coexistência com o castelhano som os principais motivos para o pessimismo; de propor a descastelhanização como aproximação automática do galego do modelo português e colocar de jeito categórico “a língua literária [...] acima da língua popular. É norma aceite universalmente: não se escreve como se fala” (Lapa, 1973: 12), o galeguista de Anadia introduz no debate normativo a ideia de que o restauro do galego passa necessariamente por “precipitar o processo, que julgamos indispensável, duma razoável integração” (Lapa, 1973: 10):

Há pois que restaurar o galego e obrigá-lo a ser o que já foi [...] Totalmente identificado, nos séculos XII e XIII, com o português, separou-se deste por razões conhecidas, mas nem por isso deixou

de ser radicalmente a mesma língua. Que fazer para o converter de novo em idioma literário? Insistir, como até aqui, em fazer provisão da enorme e desordenada riqueza que lhe oferecem os falares locais para o restauro da sua forma culta? Já vimos o que isso tem de inoperante e até mesmo de ridículo. Nada mais resta senão admitir que, sendo o português literário actual a forma que teria o galego se o não tivessem desviado do caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada em salva de prata. É com este material da velha casa comum, e sem pôr de lado o castelhano para o que for provisoriamente necessário, que se deve forjar progressiva mas aceleradamente a língua de cultura indispensável à Galiza (Lapa, 1973: 12-13).

No que à resolução da **questom normativa** di respeito, até este artigo de Lapa o PSCG acolhe umha primeira orientação que defende que a fala popular está interferida polo castelhano e que, portanto, esta nom deve ser a base dum modelo lingüístico estándar para o galego, baseia na tradição literária a elaboração dum modelo culto para a língua da Galiza e procura em maior ou menor medida a referência e a aproximação do modelo português³⁹; esta posição encontra homologias no campo literário em repertórios mais próximos da “arte pola arte” do que da “arte social”, no campo político goza do aval que fornece a continuidade com as ideias centrais do galeguismo político de pré-guerra e no campo das instituições culturais é defendida polos relativamente envelhecidos agentes de Galaxia e da RAG. Por outro lado, vemos como toma força agora umha orientação popularizante que minimiza a interferência do castelhano, nom contempla a referência luso-brasileira e afirma que o modelo estándar da língua da Galiza deve aproximar-se todo o possível da realidade fonética da fala popular, permitindo porém algumha concessom à tradição literária; esta orientação corresponde-se *grosso modo* no campo literário com os registos lingüísticos utilizados polos poetas social-realistas, no campo político da altura com a prática do jovem e clandestino nacionalismo marxista (embora com matizes), e no campo institucional com os postulados defendidos polo ILG.

Por seu lado, com a sua tomada de posição, Rodrigues Lapa pom em jogo todo o capital simbólico acumulado no campo galeguista (fruto das

³⁹ Carballo Calero (1972: 23): “Neste bulir de ideas sobre a lingua galega que hoxe reina en Galicia, tense aberto camiño en certos ambientes a orientación popularista como solución ao problema da expresión literaria. [...] Os escritores teñen traballado desde o Renacemento para devolver ao pobo, na medida do posible, a autenticidade idiomática. Considerar que debe respeitarse relixiosamente a fala popular no estado en que se atopa, é benzoar a desfiguración histórica do idioma, é consagrar a dialectalización dunha lingua pola lingua estatal. É decidir entusiásticamente que o pobo galego debe axionllarse ante o fado histórico que desgaleguizou a súa lingua. O cal é, certamente, umha actitude francamente antipopular”.

suas actuaçons nos campos filológico, intelectual e político quer da Galiza quer, no último caso, de Portugal), para opor à orientação proposta polo Instituto a elaboração do galego utilizando como modelo o padrom português⁽⁴⁰⁾, e propom a Galaxia regularizar assi a sua situação e levar à prática a aproximação lingüística galego-portuguesa presente na teoria sustentada polo grupo herdeiro do galeguismo de pré-guerra. O professor de Anadia actua num momento em que umha ideia até entom marginal no galeguismo está a estender-se e ocupar umha posição cada vez mais central no PSCG graças sobretudo à irrupção do ILG numha conjuntura caracterizada pola incorporação do galego a novos e prestigiados espaços sociais e, além do mais, perante a complacência duns membros de Galaxia que vem discutida agora a sua posição de preeminência e, polo mesmo, som incapazes de impor no PSCG a aceitação unánime da sua proposta para resolver a questão normativa.

Com a ideia de integração lingüística defendida no artigo de Lapa e a ideia da abstracção da língua popular sustentada polo ILG, temos já colocados frente por frente no PSCG os dous principais projectos lingüístico-culturais que concorrem na história contemporânea da Galiza⁽⁴¹⁾. Entre estas duas orientações existe todo um leque de graus e espaços intermédios, de pontos de tensom e também de pontos de contacto; neste último caso, vale a pena indicar agora que, no plano identitário, Galaxia compartilha com o ILG (juntamente com o recurso à tradição) a ideia da consideração da língua da Galiza como depósito essencial da identidade do povo galego, ou, por outras palavras (Cordeiro Rua e Rodríguez

40 Neste artigo, Lapa mantém a ambigüidade no que aos tempos e os graus da “integração” proposta di respeito (“Sem nos demorarmos a explicar os termos exactos desta opção”; Lapa, 1973: 12). Em qualquer caso, o professor de Anadia parece sustentar em 1973 que “A recuperação literária do galego” passa imediatamente pola sua “descastelhanização”, por “aproximá-lo de certas formas do castelhano e português, [...] formas cultas, idênticas em castelhano e português”, e por seguir o exemplo de Ernesto Guerra da Cal, que “não hesitou em utilizar a ortografia portuguesa para todos os fonemas galegos que por meio dela posam ser representados” (Lapa, 1973: 12 e 13).

41 Andando o tempo, os defensores destas duas orientações culturais autodenominarâm-se “autonomistas” e “reintegracionistas”. Os autonomistas “consideran que o galego foi a mesma lingua có português na Idade Média, e que procedeu posteriormente a un proceso de individualización, considerándose na actualidade unha lingua autónoma. Son partidarios dun desenvolvemento autónomo baseado no galego falado, e na tradición literaria” (Cidadania, 2002: 77-78). O reintegracionismo, a ideia de (re)inclusom da Galiza num intersistema cultural compartilhado com os espaços do sistema lingüístico comum conhecido internacionalmente por *Lusofonia*, tem sido definido em mais ocasiões unicamente do ponto de vista lingüístico -por exemplo (Fouces, 2001: 9): “[orientação que pretende] estabilizar na Galiza a codificação de unha variedade do padrom policêntrico galego-português”- do que como um programa de acção e ubiqüação cultural: “todo o modo de ubiqüação galego e do seu relacionamento com o restante mundo lusófono feito desde o par galego-lusófono, significando isto que a afirmação da Galiza como comunidade cultural, senso amplo, está situada e referenciada no mundo lusófono. É, por outro lado, um programa de normalização cultural para as galegas e os galegos” (Torres Feijó, 2004a).

Prado, 2002): “a afirmação de que o galego auténtico se encontra na boca do povo [defendida polo ILG] justifica-se na visom essencialista que agentes ligados a Galaxia –mui especialmente Ramón Piñeiro– promovem”.

Ora, esta nom é a primeira vez que Lapa toma posição sobre a orientação lingüístico-cultural da Galiza; ao longo da sua trajetória som mui numerosos os posicionamentos, quer públicos quer privados, sobre a necessidade dumha reforma ortográfica para o galego no sentido proposto⁽⁴²⁾. Para além do afecto e o sentimento de pertença à Galiza invocado por Lapa várias vezes⁽⁴³⁾, as motivações para a intervenção do professor português nas questões lingüístico-culturais galegas sustentam-se no enorme valor estratégico para a competitividade do conjunto do sistema lingüístico galego-português que o professor de Anadia atribui à Galiza, num tempo em que parecem iminentes importantes mudanças políticas, quer no âmbito peninsular quer “numa Europa à procura da unidade, visando uma expressão comum na política e na economia” (Lapa, 1973: 8). Neste contexto, Lapa defende que a cidadania dos dous territórios tiraria grandes benefícios com a integração lingüística galego-portuguesa, mas para isso a questão determinante da ortográfica do galego deveria ser resolvida com decisão e num sentido diferente ao uso maioritário na Galiza da altura⁽⁴⁴⁾.

⁴² Sirva apenas como exemplo dos primeiros posicionamentos públicos a entrevista concedida a Lisboa *Diário da Noite* em 24 de Agosto de 1932 (in Lapa, 1979: 17-20) em que o professor afirmava já que “é necessário em primeiro lugar reformar a ortografia galega no sentido da nossa ortografia oficial, sempre que isto seja possível, que quase sempre o é” (p. 20).

⁴³ Por mais que Lapa utilize e reforce a argumentação galeguista, o risco de ser considerado estrangeiro e que a sua proposta seja interpretada como umha ingerência externa ao PSCG aconselha tomar alguma precaução (Lapa, 1973: 13): “Isto que dizemos, com pureza de intenções, que nascem do nosso entranhado amor pela Galiza, poderá aos que não conhecem o nosso passado galegófilo parecer uma espécie de incitação a um *Anschluss* [anexação] cultural e lingüístico do galego. É uma injustiça, e é sobretudo um erro: não fomos nós o primeiro a dizê-lo”, e cita depois de passagem um comentário favorável de Basilio Losada sobre os lusismos na obra de Cunqueiro e, sobretudo, Guerra da Cal e a referência deste a Murguía.

⁴⁴ A situação nom é agora mui diferente da descrita por Lapa quarenta anos atrás. Antes como agora as alterações no quadro político do Estado espanhol podiam significar a autonomia para a Galiza e o ensino oficial da língua do país, e antes como agora era percebida por Lapa a necessidade de habilitar a língua da Galiza no sentido dumha maior aproximação do modelo português para que os dous povos do oeste peninsular fossem mais capazes de competência num nível intercomunitário determinado por um quadro institucional maior -substituíu-se apenas a Península Ibérica federal de 1933 pola Comunidade Económica Europeia que constitui o objectivo da unidade política supra-estatal nos anos setenta. Por palavras do próprio Lapa (1933: 67 e 68): “A Galiza, interessa-nos particularmente, por se tratar de mais de dois milhões de bocas que falam como que às escondidas o português. [...] Nunca soubemos aproveitar esta grande superioridade; ou melhor nunca soubemos compreendê-la. Um dia, que não virá talvez longe, o compreenderemos. Numa Espanha federada –para lá caminhamos, ao que parece- o grupo galego-português com cerca de nove milhões de falantes poderia ter uma indiscutível supremacia”. Ou sobre a ortografia (Lapa, 1933: 75): “Há ainda outro problema ortográfico a resolver, em que será precisa a nossa interferência. Refiro-me ao da ortografia galega. [...] a Galiza amanhã terá a posse de si mesma; e uma civilização [...] desentranhar-se-á em frutos de cultura e poderá ainda exercer um papel considerável no xadrês variado da Península.

Sabemos que esta ideia reintegracionista tinha sido defendida já por Lapa na Galiza de 1933, recebida de maneira mui positiva e compartilhada com os galeguistas do pré-guerra (*Nós* 115, 1933: 134): “*Nós*, que de cote se ten preocupado pol-a colaboración espiritual de portugueses e galegos, non pode por menos de acoller con entusiasmo as iniciativas do Dr. Rodríguez Lapa, mesmo na ideia qu’apunta d’un acordo luso-galaico pr’a reforma ortográfica, para nós tan indispensábele” (v. Rodríguez, 2000: 73). Mas em 1973 a recepção é mui diferente: Piñeiro acolhe negativamente o artigo do professor de Anadia, respondendo em “Carta...” publicada no último número desse ano em *Grial* (o nº 42, de Outubro-Dezembro) e rejeitando umha proposta a que o líder de Galaxia nom atribui qualquer eficácia social. Piñeiro, que fai descansar a sua análise da “realidade galega” numha ideia de língua como *valor* essencial (já agora: como um elemento de repertório que nom é permitido mudar [Even-Zohar, 2002: 46]) e depósito único do carácter diferencial e da identidade da Galiza, acha “o português literario actual” um material inservível como referente identitário para a cidadania galega (Piñeiro, 1973: 400; sublinhados meus, itálicos no original):

o galego non está con vontade de morrer. Morre, si, ou polo menos esmorece transformándose en lingua escrita, en lingua urbana, en lingua moderna con dinamismo de futuro. Este galego está librando a súa batalla por sensibilizar a consciencia colectiva para acadar que a Galicia do futuro sexa auténticamente galega. Si triunfa –e eu confio no triunfo–, o galego será a expresión espiritual da personalidade colectiva do pobo galego; si fracasa, a perso[n]alidade colectiva do pobo galego disolverase na historia e os galegos serán asimilados polo mimetismo cultural. Esta batalla da identidade espiritual da nosa personalidade colectiva, só o galego –a nosa lingua– a pode dar; só o galego –a lingua dos galegos– a pode ganhar. Para esta empresa histórica, tan decisiva, tan radical, non nos sirve o português literario actual, que nos nunca temos falado nin escrito. A alternativa que nos impón a Historia non é *galego/português*, senón *galego/castelán*. Nesa alternativa, o português literario actual non pode substituir ao galego.

Aprenderão os galegos o seu idioma oficialmente e aprenderão o castelhano por intermédio da sua língua materna. Vai haver pois necessidade de se resolver o seu problema ortográfico. Os portugueses ainda não se compenetraram das enormes responsabilidades que esse simples facto nos pode trazer e das grandes vantagens de ordem política, cultural e económica que nos podem vir da sua decente resolução. As tentativas que se têm feito padecem de timidez e são fogo de vistas; precisamos de entrar no caminho das francas realizações”. Repare-se no que as tomadas de posição galeguistas de Lapa tenham de “iniciativas de assistência identitária” (Thiesse, 2000: 85): “É uma tarefa difícil construir uma língua e uma cultura nacionais. Uma das consequências do cosmopolitismo intelectual é o apoio dado às nações emergentes, cujos meios intelectuais não estão ainda suficientemente desenvolvidos para iniciarem sozinhos a construção das suas antiguidades e da sua língua. Estas iniciativas de assistência identitária são levadas a cabo com grande entusiasmo, tanto mais que coincidem com objectivos geopolíticos”.

Tentarei explicar imediatamente onde fai descansar a diferença entre *galego* e *português* o líder de Galaxia, mas antes parece pertinente indicar que na sua resposta pública a Lapa, Piñeiro começa por apoiar o optimismo demonstrado na sua “Carta...” do ano anterior no facto de a língua da Galiza ter acedido no último período da sua história à escrita e, nos últimos tempos, a novos espaços sociais prestigiados (liturgia, usos jurídicos e ensino); afirma Piñeiro a seguir “que os galegos nom estamos dispostos a renunciar á nosa lingua como lingua literaria” (isto é, a um modelo normativo autónomo para a língua da Galiza) e, despois de negar a utilidade social da aplicação na Galiza do padrom português pola falta de correspondência essencial deste modelo com a visom piñeirista da realidade galega (“para nós perdería en eficacia, porque a riqueza connotativa que o galego nos ofrece é insustituible” [Piñeiro, 1973: 400]), coloca num mesmo nível as variantes galega, portuguesa e brasileira afirmando que “hai unha etapa que agora comenza, [...], na que non son duas senón tres as linguas que xurdiron do común galego-portugués: o galego, o portugués e mailo brasileiro” (Piñeiro, 1973: 401), todo para justificar o rejeitamento da “proposta de *sustituir* o galego polo portugués como lingua cultural e literaria dos galegos” (p. 401, itálicos meus), por mais que julguemos nós que nom é exactamente essa a proposta formulada agora polo galeguista de Anadia⁴⁵.

Porém, e apesar de todo o dito até aqui, Piñeiro (1973: 401-402) mantém no plano teórico o discurso pró-reintegracionista que Galaxia compartilha com o galeguismo histórico e concorda com Lapa na defesa radical da identidade lingüística galego-portuguesa e na necessidade dumha maior aproximação lingüístico-cultural dos três ramos do sistema:

⁴⁵ A já aludida ambigüidade mantida por Lapa no seu artigo nom impede que Piñeiro faga a leitura maximalista da substituição, quicá movido pola sua posição e polos seus interesses no campo: justificação dumha prática e desejo de aproximação da proposta do ILG e nom da de Lapa, crença na pouca oportunidade das mudançás sugeridas e num possível rejeitamento social na implementação duns materiais escassamente praticados no passado e considerados, portanto, pouco adequados como meio para alcançar um projecto cultural identitário baseado na tradição... Disto falarei adiante, contodo, gostava de chamar a atençom aqui para o seguinte: *integrar* nom é substituir. Os dous podem ser processos graduais mas o primeiro implica ao menos a possibilidade de existência dum modelo normativo autónomo para a língua da Galiza (como defende Piñeiro e nom contraditório com a “razoável integração” que Lapa coloca no debate em 1973), enquanto que o segundo significa a adopçom dum padrom igual ao oficial em Portugal como norma estándar da língua da Galiza, que julgo nom é a proposta pública de Lapa em 73, ainda que seja de facto a sua aspiraçom teórica última (assi é reconhecido em carta a Maria Teresa Barro de 15 de Outubro de 1973: “A minha tese, que conto expôr no remate desta polémica, agora acrescida de mais elementos, funda-se nisto: o português deverá ser considerado legitimamente como expressão literária do galego”, in Biblioteca Penzol-Arquivo Manuel Rodriguez Lapa (BP-AMRL) [Cota _(14)], recolhida por Cristina Loureiro [2005]); esta aspiraçom, por outro lado, é compartilhada por Lapa com o próprio Castelao, que tinha dito em carta a Sánchez Alborno (in *Grial* 47, Janeiro-Março, 1975: 101): “Yo deseo que en Galicia se hable tan bien el gallego como el castellano y el castellano tan bien como el gallego. Deseo, además, que el gallego se acerque y confunda con el portugués, de modo que tuviésemos así dos idiomas extensos y útiles”.

O galego e o portugués son radicalmente a mesma lingua. [...] esa comunidade fundamental das linguas compre mantela, [...] a política a seguir na fixación do galego culto debe orientarse decididamente á consolidación de todo o que hai de común no galego e no portugués. [...] debemos igualmente procurar un crecente e cada vez mais profundo intercambio cultural, de xeito que cheguemos a ter un coñecemento verdadeiramente familiar das tres culturas, seguindo mesmamente o seu exemplo.

A explicación do aparente paradoxo que supom o rexeitamento da (re)integración práctica (nomeadamente gráfica) proposta por Lapa e, ao mesmo tempo, a defensa radical da unidade lingüística galego-portuguesa polo ideólogo de Galaxia, encontramos-la no sentido pactista e gradualista em que este grupo galeguista entende o proceso de normalización cultural da Galiza, así como nas características atribuídas por Piñeiro aos materiais em que Galaxia fai descansar a identidade da colectividade galega. Numha carta privada que Piñeiro tinha enviado a Lapa em 5 de Julho desse ano 1973 (BP-AMRL [cota 1/3(25)], in Loureiro [2005]), o líder de Galaxia apela ao pragmatismo e ao realismo político (ao coñecimento do espazo de posibilidade) que dá a sua “experiencia dereita do problema” para defender a “aproximación galego-luso-brasileira” como “meta cultural” só posíbel de alcanzar gradual e lentamente; quer dizer, despois de superada a etapa de “afirmación” do uso social do idioma que em sua opinión está a viver na altura o galego, esta deixaria paso a umha segunda etapa de “expansión” em que sería abordado o fortalecemento das “afinidades galego-luso-brasileiras”⁽⁴⁶⁾ (sublinhado no original, itálicos e carregados meus):

Polas conclusións do seu artigo semella que, frente ao fatalismo pesimista que nos ameaza, olla como camiño salvador a *aceptación do portugués como lingua literaria dos galego-falantes*, mais ou menos como fai o Da Cal. E é mesmamente ahí onde acho pouco realismo. [...]. Todo o peso –certamente modesto– da miña influencia persoal estivo sempre e sempre estará na liña da aproximación

⁴⁶ Encontramos outra vez no PSCG, agora colocada por Piñeiro como travom a umha maior reintegración, a idea de que o tratamento da cuestión normativa debe esperar até que esteja cumprido o que se quer obxectivo primeiro e principal, a extensom do uso social do idioma. Esta idea de normalizar primeiro e normativizar despois tivo enorme sucesso e foi invocada como um “valor” dificilmente discutíbel nos debates lingüístico-culturais dos anos oitenta e noventa do século XX polo sector maioritário do nacionalismo galego, um nacionalismo de esquerdas em proceso de unidade e institucionalización no regime autonómico que ainda nom reconece neste período a autoridade para asuntos lingüísticos dos organismos habilitados para este fim pola legislación autonómica (RAG e ILG) e ensaia um modelo de codificación intermedio caracterizado pola utilización dum sistema ortográfico coincidente com o castelhana e por solucións léxicas e morfológicas pró-reintegracionistas (a coñecida como “normativa reintegracionista de mínimos”).

galego-luso-brasileira. Son un ‘engagé’ nesa *meta cultural*. Polo mesmo, *coido estar na mesma liña de pensamento que está vostede*. Mas, contrariamente ao que lle ocorre ao noso común amigo Da Cal, eu teño as raíces moi afincadas na realidade galega, da que formo parte integralmente, e *podo apreciar, desde dentro, cales son as posibilidades de avance por ese camiño da aproximación galego-luso-brasileira*. E, nese orden de cousas, o enfoque dado ao problema por Da Cal e Rodrigues Lapa resulta pouco realista. *Os pasos aproximativos serán lentos*. [...] Nada me gustaría máis que poder quitar da súa mente esa ‘negra sombra’ do pesimismo, mas non está ao meu alcance si é que cifra de [sic] salvación do galego na súa urxente lusitanización. Estamos nunha **etapa de afirmación** do galego como tal, etapa necesaria para a revitalización social e cultural da lingua na súa dura batalla contían coa presión agresiva do castellano. *Nesta etapa autoafirmativa do galego non nos pode prestar axuda o portugués. Temos que afirmar o galego como galego e como tal convertilo en lingua de cultura*. Cando teñamos ganada a batalla contra a desgaleguización, cando o galego sexa reconecido e cultivado como a lingua cultural dos galegos –e créame que se avanzou muito neste camiño-, virá unha segunda **etapa de expansión cultural** do galego, que será cando poderemos *afianzar e fortalecer as afinidades galego-luso-brasileiras*. Esa é unha segunda etapa que aínda non chegou, e que, naturalmente, non chegará mentres non logremos a victoria na primeira etapa. [...] Resumindo o noso diálogo, direille que *estou e sempre estaréi entre os partidos de achegamento galego-luso-brasileiro partindo da realidade do galego, mas hoxe en día non é o intre oportuno para dar esa batalla; e, por outra banda, non comparto totalmente o enfoque Da Cal-Rodrigues Lapa*.

Acho que esta longuíssima citaçom era necesaria para documentar a perceçom que Piñeiro tem do que está a acontecer no PSCG e ajuda a comprender as motivaçoms polas quais o chefe do galeguismo pactista de Galaxia considera pouco oportuna por um lado umha mais decidida aproximaçom galego-portuguesa nesse momento e, por outro lado, que esta aproximaçom se produza de acordo com os repertórios propostos por Lapa. Desde a sua autolegitimadora visom “desde dentro” da realidade galega, Piñeiro afirma que o processo de galeguizaçom encontra resistências nos defensores da primazia do castelhano; a situaçom sócio-lingüística interna justifica, pois, que qualquer mudançom significativa nos materiais repertoriais herdados (neste caso umha maior afirmaçom das afinidades galego-luso-brasileiras, e nom necessariamente por meio da integraçom lingüística nos termos expostos por Lapa) deva ser feita lentamente e despois de ter alcanzado o objectivo prévio da normaliza-

çom para evitar assi qualquer rejeitamento social das inovaçõs propostas⁽⁴⁷⁾.

Por outro lado, tentar incorporar repertórios como os defendidos por Lapa (com tradiçom medieval mas pouco praticados na Galiza moderna) à prática cultural dos agentes galeguistas, significa introduzir um novo modelo que viria alterar substancialmente a natureza do PSCG, isto é, a orientaçom deste proto-sistema de acordo com os materiais, normas e modelos culturais com que o galeguismo pinheirista quer identificá-lo, defini-lo e delimitá-lo com respeito a outros sistemas (também face o português). A ideia de galeguismo defendida por Piñeiro está configurada no plano identitário sobre a visom orgânico-historicista de naçom criada polo seu equivalente anterior à Guerra Civil, e aguenta o seu projecto cultural numha ideia de Língua a que atribui umhas determinadas características (mesmo gráficas) com que fai corresponder a garantia de autenticidade e o carácter diferencial e identitário da comunidade. Assi, Piñeiro apoia o seu projecto cultural no mantemento sem alteraçõs de maior dum meio assi configurado e considerado como imprescindível para a consecuçom do objectivo identitário proposto à comunidade galega, sem questionar a idoneidade desse material nas novas circunstâncias do PSCG ou avaliar a possibilidade de introduzir mudanças nesse meio que contribuam para que a comunidade alcance com maiores garantias de sucesso esse ou os novos objectivos que agora som colocados por agentes menos institucionalizados (por exemplo, maior competência intercomunitária, afiançamento da consciência lingüística unitária galego-luso-brasileira, maior afastamento e reforço da identidade a respeito do referente de oposiçom castelhano, etc.)⁽⁴⁸⁾.

Por outras palavras, na sua argumentaçom Piñeiro assume como identificadores do que deve ser o *galego* materiais, normas e modelos coincidentes com o castelhano (nomeadamente umha determinada prática ortográfica), mas nega essa consideraçom a outros materiais, normas e modelos que, de serem aceites, seriam coincidentes com o *português* e

⁴⁷ A dificuldade de introduzir mudanças significativas na tradiçom -que leva Piñeiro a recomendar lentidom e prudência- é também contemplada por Even-Zohar (2002: 43): "A cultura consiste nun repertorio complexo de opçõs herdadas de xeraciõs anteriores e inculcadas cuidadosamente nas mentes dos seres humanos, introducir xiros significativos nese repertorio nun período de tempo relativamente curto non é umha tarefa doada".

⁴⁸ Repare-se, para entender melhor este ponto, em como actua normalmente a "*inteligentsia* institucionalizada" (Even-Zohar, 2002: 45): "Se estas persoas non chegaban a ser creadoras de ideas, o que significa que non están inclinadas a criticar e revisar, moitas veces resulta que o mantemento do repertorio que herdaron de etapas anteriores ou xeraciõs anteriores resúltalles máis importante que os obxectivos para os que este repertorio foi orixinalmente concibido. A separaciõn entre medios culturais e os obxectivos culturais dá, desta maneira, prioridade plena aos medios sen ningunha consideraciõn crítica sobre a cuestiõn de se están xustificados ou se son xustificables en termos de tales obxectivos".

conduziriam à aproximação da variante galega da portuguesa⁴⁹). Assi, Piñeiro define a identidade galega colocando numha posição central uns materiais compartilhados com o referente de oposição castelhano, facto que, objectivamente, nom ajuda ao reforço da identidade galega relativamente ao histórico referente de oposição. E ainda, a renúncia (ou, quando menos, o adiamento *sine die*) a umha prática reintegracionista, nem contribui a favorecer a competência intercomunitária da colectividade nem ajuda à aproximação do histórico referente de reintegração e ao invocado relacionamento galego-luso-brasileiro.

Por outro lado, para que Piñeiro negue aos repertórios propostos por Lapa efectividade social e possibilidades de aplicação na sociedade galega do tardofranquismo, contribui ainda que os postulados teóricos pró-reintegracionistas do grupo Galaxia/RAG estejam a ser questionados polos avances das teorias popularistas sustentadas polo ILG⁵⁰). Nesta situação, Piñeiro opta por manter sem mudanças de maior o repertório herdado do galeguismo de pré-guerra e defender umha teoria pró-reintegracionista também fruto da tradição mas, invocado o possibilismo em tempos de conflito lingüístico, fazendo-a compatível com umha prática diferencialista; assi se resolve outra vez e no mesmo sentido o jogo de equilíbrios entre castelhano e português aludido na introdução das *Normas...* da RAG, assi pretende seguir controlando Galaxia o código lingüístico (ao menos no campo literário) e assi se aproxima Piñeiro do compromisso com umha instituição de carácter oficial que está a ocupar nesta altura já umha posição também relativamente central no PSCG

⁴⁹ O Doutor Elias J. Torres Feijó (2004b) chama a atenção para como desde os anos setenta, “de maneira dominante, por parte do poder, foi incutindo-se a ideia do que é galego e do que é português, onde para a primeira esfera se assumem como próprios materiais, normas e modelos espanhóis e polo contrário som rejeitados materiais, normas e modelos galego-portugueses como apenas pertencentes a este último elemento do par”.

⁵⁰ Estas teorias popularistas vam ao encontro também da prática lingüístico-cultural dos grupos políticos formados por jovens de esquerda (também dos nacionalistas). A “Presença e Referência Portuguesas nas Estratégias Sócio-Culturais dos Grupos Políticos na Galiza Tardofranquista” foi objecto da nossa comunicação no VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais ‘A Questão Social no Novo Milénio’, celebrado em Coimbra entre os dias 16 e 18 de Setembro de 2004 (acessível em http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Roberto_Samartim.pdf; última consulta 2005/12/22); aí concluímos que “entre os principais grupos do PSCG existem umha série de coincidências básicas à hora de abordar a questão lingüística, tanto no tardofranquismo como na actualidade:

1) A consideração do galego como elemento etno-identitário diferencial fundamental.

2) A afirmação teórica da unidade lingüística galego-portuguesa (esta afirmação encontra algumas reticências da parte do ILG; contodo, de acordo com os pontos seguintes, estas nom tenhem nengumha transcendência prática).

3) A unidade lingüística galego-portuguesa constitui um facto filológico ao qual nom é atribuído qualquer utilidade política para a normalização social do idioma.

4) A normalização lingüística constitui o objectivo principal e é prioritário face a normatização.

5) A normalização lingüística só é considerada possível com a utilização duns materiais ortográficos coincidentes com o castelhano e diferenciais com respeito aos modelos luso e brasileiro”.

Eis, dalgumha maneira, a “cooperación bastante excepcional de radicais políticos e tradicionalistas culturais” que refere Even-Zohar (2002: 45).

(o ILG) e que, ademais, tem uns usos lingüísticos muito mais acordes com os praticados por Galaxia que aqueles postulados por Lapa. Para alcançar este compromisso ajuda sem dúvida a minorização das diferenças com o modelo do Instituto universitário enquanto é maximizada a distância com o projecto reintegracionista de Lapa, um projecto com que o reconhecido galeguista português rompe a ambigüidade característica do PSCG no que di respeito aos materiais e aos modos de relacionamento lingüístico-culturais entre a Galiza e a Lusofonia tencionando levar à prática (e atribuindo-lhe ademais utilidade política normalizadora) o facto filológico da unidade galego-luso-brasileira sustentado na teoria polo galeguismo; umha proposta que, no estado em que se encontra o PSCG, contribui de passagem para revalorizar o modelo normativo da RAG defendido por Galaxia, colocado agora virtualmente numha reforçada posição intermédia entre o recurso ao modelo popularizante do Instituto e o recurso ao modelo pró-luso de Lapa.

As reacções ao artigo de Lapa correspondem-se em geral com aquilo que esperava o galeguista de Anadia⁵¹. Ao lado de Piñeiro e em contra da proposta do professor português posiciona-se a maioria de Galaxia, no que parece ser umha clara actuação como grupo para tentar mostrar que a *intelligentsia* da Galiza é contrária à ideia de Lapa. Contodo, ao lado do rejeitamento de Álvaro Cunqueiro (*v. Cunqueiro, 1991: 31-37*) e de Ramón Otero Pedrayo (*v. Lapa, 1979: 79-98, em especial as pp. 83-84*), encontramos nas fileiras de Galaxia destacados apoios, como os do já catedrático Ricardo Carballo Calero ou os do intelectual e empresário armador Valentín Paz-Andrade, que já tinha defendido a decidida aproximação lingüística e cultural galego-luso-brasileira em *Galicia como tarefa* (1959) e em *La marginación de Galicia* (1970) (Torres Feijó, 1997); a eles unirám-se, desde as proximidades do grupo, os posicionamentos favoráveis de Jenaro Mariñas del Valle, dramaturgo e destacado militante galeguista desde a sua mocidade no período republicano, ou o já citado Guerra da Cal (Montero Santalha, 1989: 110). A este último, juntamente com um Carballo Calero cada vez mais distanciado de Galaxia, encontraremos-lo ainda em *Colóquio* depois de 1973⁵².

51 “Quando escrevi o meu estudo, já sabia de ante-mão o que iria suceder: teria contra mim os interesses adquiridos daqueles que se julgam hoje os regentes da cultura galega e senhores da sua língua (os escritores de mais de 40 anos); e a meu favor os jovens escritores que não têm que perder e sentem, com o agudo instinto da mocidade, mais próxima às raízes, que alguma coisa vai mal e a que cumpre dar pronto remédio. Eu sou “um velho amigo da casa” e acudi prontamente ao apelo dos rapazes. Verifiquei logo que o “doente” não tem sido tratado como devia ser; de aí todo o meu trabalho em explicar que as mezinhas adoptadas para erguer o enfermo não poderiam dar resultado por serem totalmente inadequadas”, di Lapa em carta dactilografada a María Teresa Barro, assinada em Anadia em 15 de outubro de 1973 (BP-AMRL [cota _ (14)], in Loureiro [2005]).

52 Para além dalgumha informação pontual, nestes anos a presença galega em *Colóquio/ Letras* é mais bem escassa: Guerra da Cal utiliza o estándar português em “Da ambigüidade psicológica em «Lusco-Fusco»”

A esta revista portuguesa chega também algum reflexo da polémica suscitada polo artigo de Lapa; assi, por exemplo, no nº 17 de *Colóquio/Letras* (de Janeiro do ano 1974), o académico de longa data Leandro Carré Alvarellos vai utilizar o estándar portuguêz para se declarar “dum modo geral de acordo” com as teses do professor de Anadia, mas discordando na adopção da ortografia oficial em Portugal para a língua da Galiza alegando motivos pedagógicos: “Quanto à ortografia portuguesa, não podemos adoptá-la na Galiza, porque, sendo a castelhana obrigatória nas escolas, o nosso povo não acertaria em fonemas como os representados por *lh* em *orelha, olho*, etc., e por *g* ou *j* em *gente, hoje*, etc.; não se habituaria também a pronunciar *moça, maçã*, que soariam *moca* e *macá*; e assim por diante” (p. 77; itálicos no original, sublinhados meus). Este juízo de valor do velho etnógrafo e galeguista corunhês sobre as eventuais dificuldades do “povo” galego na utilização duns materiais ortográficos ausentes no ensino oficial na Galiza da altura (ou, por outras palavras, a *opiniom* de que a identidade gráfica com o castelhano facilita a aprendizagem e, por extensom, o uso do galego), para além de pôr em causa as capacidades para a aquisição de conhecimentos da cidadania galega e inabilitar de vez qualquer pedagogia, nom contempla possíveis mudanças do papel do castelhano no campo do ensino e também nom leva em conta que desde 23 de Agosto de 1973 a legislação educativa espanhola permite a presença da língua portuguesa como matéria optativa no ensino médio em todos os liceus do Estado, umha oportunidade de promover a consciência lingüística unitária e de formar a população no uso dos materiais ortográficos comuns a Portugal e o Brasil nunca explorada de maneira geral na Galiza (tampouco promovida polo galeguismo) e em que Lapa fiava muitas das suas esperanças normalizadoras⁽⁵³⁾.

Para além de Xavier Alcalá, depois do artigo de 1973 Lapa recebe o apoio sobretudo dos membros do “Grupo de Traballo Galego de Londres”, apoio a que se unirá em Maio de 1974 um “Grupo de Roma” que, formado por treze pessoas entre as quais destaca o Padre José-Martinho Montero Santalla (sic), intervém agora por primeira vez no

no mesmo número 20 (Junho de 1974) em que Filgueira Valverde escreve em castelhano sobre a “Biografía del IV Centenario camoniano” (pp. 47-53 e 74-78, respectivamente). Por seu lado, Carballo Calero utiliza o modelo normativo proposto pola RAG tal e como tinham feito todos os colaboradores galegos até 1973 para recensionar em Setembro e Novembro de 1975 *Olladas no futuro* de Ramón Piñeiro (nº 27, p. 95) e *Elipsis e outras sombras* de X.L. Méndez Ferrín, militante do nacionalismo comunista (nº 28, p. 97).

⁵³ Em carta a Xavier Alcalá de 18 de Setembro de 1973, sustém Lapa (BP-AMRL [cota _(4)], in Loureiro [2005]): “Além da operação, demorada e difícil (não o ponho em dúvida) de construir uma língua literária que se vá aproximando do português escrito, vamos ter a possibilidade [com o Decreto de 26 de Agosto de 1973 que institui a língua portuguesa como matéria opcional no ensino médio] de ver o português aprendido na própria Galiza e não em Portugal ou no Brasil, como foi o caso de Añón [escritor galego do século XIX que morou vários anos em Lisboa] e Guerra Da Cal. Tudo isto vem justificar a nossa tese, dando-lhe um começo de execução por via legal, que não tinha até hoje. E tudo isto ficamos devendo ao governo de Franco: será possível? Estamos pois de parabéns, se o decreto for cumprido lealmente na Galiza...”.

PSCG solicitando ao professor de Anadia a mediação para a publicação em Portugal dum “Manifesto para a Supervivência da Cultura Galega” que tinha sido rejeitado por *Grial*⁵⁴ e que só será publicado utilizando a ortografia oficial em Portugal na *Seara Nova* em Setembro de 1974 (nº 1547, pp. 30-31) e um mês depois, anotado e traduzido para espanhol, na revista madrilena opositora ao franquismo *Cuadernos para el diálogo* (nº 133, pp. 8-11). Este trabalho está introduzido na *Seara Nova* (nº 1547, p. 30) por um texto elaborado por Lapa em que o director da publicação desde Fevereiro de 1973 apresenta o Manifesto como “o preâmbulo e síntese dum outro, de muito maiores proporções, que intitularam ‘Em prol da integração linguística galego-portuguesa’”; louva a seguir Lapa a prática gráfica dos redactores do Manifesto no que tem de rotura com “uma tradição de inércia incompreensiva, de tão nefastos resultados”, e indica -agora explicitamente- os dous princípios em que assenta a sua teoria reintegracionista: “unidade fundamental dos dois idiomas e distinção entre fala do povo e língua literária, representada hoje no português”.

Por seu lado, o Manifesto parte da consideração da Galiza como colectividade bilíngüe (igual que o “Plan Pedagógico Galego” apresentado ao público pelos agentes londrinos em 1971) e pretende alcançar o equilíbrio no uso público do castelhano e do galego-português; nele está já expresso um projecto cultural claramente reintegracionista com propostas concretas de presença da língua denominada galego-portuguesa em espaços considerados estratégicos como os meios de comunicação (rádio, TV e imprensa), o ensino, a administração e a Igreja católica. Porém, a repercussão deste Manifesto no campo cultural galeguista da altura foi mui reduzida porque, tal e como afirma o professor Elias Torres Feijó (2003), “o carácter excêntrico dos assinantes era já umha peja importante, acrescentada pola sua nula intervenção no campo até à altura, o que estará na base da sua escassa capacidade de interlocução e de eventual progressão das suas propostas”.

Para além do dito até aqui, o processo revolucionário que depois do 25 de Abril de 1974 está a viver Portugal contribui para um maior afastamento entre Rodrigues Lapa, com ligações ao Partido Socialista Português, e o grupo Galaxia, que nom compartilha a proposta linguística do galeguista português e que, além disso, está pouco disposto a correr o risco de que as suas activi-

⁵⁴ O texto, que tinha sido apresentado para a sua publicação na ortografia usual na revista de Galaxia, foi rejeitado alegando as circunstâncias políticas da altura (o franquismo na Espanha e a recente Revolução dos Cravos de Abril de 1974 em Portugal; v. Torres Feijó, 2003) e apesar da preocupação pola questão normativa demonstrada polo grupo com a convocatória em *Grial* 43 (Janeiro-Março, 1974: 128) dum “Premio para unha obra que estudie a lingua galega na súa evolución histórica -lingüística e cultural- e na súa realidade presente, con especial referencia aos problemas da súa unificación normativa como lingua común de cultura”; o prémio ficou deserto (*Grial* 48, Abril-Junho, 1975: 282).

dades culturais sejam entendidas em clave de solidariedade política; umha solidariedade política, por outro lado, central na hora do relacionamento político partidário entre os grupos do nacionalismo de orientação marxista e os seus homólogos portugueses após 25 de Abril (Elias Torres, 2003).

Síntese conclusiva

Ao longo destas páginas analisámos como o processo aberto em inícios da década de setenta com a possibilidade legal de incorporação ao novo e determinante campo do ensino da matéria de língua galega (língua própria da Galiza e único elemento etnoidentitário diferencial imprescindível para o galeguismo nesta altura), tem como imediata consequência o surgimento no PSCG de várias propostas de codificação com as quais os grupos mais institucionalizados tomam posições encaminhadas para a liderança do próprio sistema no iminente pós-franquismo e lutam pola determinação da natureza dos materiais com que configurar a identidade e a coesão social da comunidade galega.

Galaxia (à partida o grupo que acumula os maiores capitais no PSCG), leva a iniciativa neste processo e enceta a habilitação progressiva do código lingüístico para o ensino e a sua institucionalização colocando no sistema através da RAG um modelo normativo sustentado principalmente na tradição literária e, de maneira secundária, na defesa teórica da unidade lingüística galego-luso-brasileira. Esta orientação é imediatamente discutida polo ILG, criado para alcançar objectivos específicos no âmbito do ensino referenciados na nova lei de educação; avalado pola maior instituição educativa da Galiza (a USC), o emergente Instituto universitário questiona tanto a autoridade da RAG para os assuntos de fixação de materiais normativos como a posição de preeminência de Galaxia no PSCG apoiando em juízos de oportunidade pedagógica umha proposta codicológica caracterizada pola defesa da língua popular, o afastamento do referente luso-brasileiro e, em menor grau, por alguma cedência a tradição literária.

A relação do galego com os modelos luso e brasileiro ocupa umha posição central nos debates sobre a orientação lingüístico-cultural da Galiza no tardofranquismo sobretudo a raiz da proposta de reintegração lingüística galego-portuguesa de Manuel Rodrigues Lapa. Este importante agente no âmbito de Galaxia propom a elaboração do galego como língua estándar tendo como base a aproximação decidida da língua da Galiza dos modelos luso e brasileiro (em coerência com os postulados lingüísticos do galeguismo histórico) e a utilização duns materiais ortográficos coincidentes com o padrão português e diferenciais face o castelhano.

O grupo Galaxia/RAG escolhe a via da aproximação e o acordo institucional com o organismo universitário e rejeita a proposta reintegracionista de Rodrigues Lapa. Assim, o ideólogo de Galaxia distribui os espaços de autoridade do PSCG entre as duas principais instituições presentes no sistema (ao ILG é atribuído o monopólio do campo do ensino e à RAG a autoridade máxima no campo literário) e deixa fora das margens de provisionalidade que até esse momento caracterizavam o processo de codificação da língua da Galiza as teses de Lapa, baseadas na aplicação duns materiais ortográficos que nem Piñeiro nem o ILG consideram identificadores da comunidade galega.

Enfim, em contra do labor de assistência identitária de Lapa joga sobretudo que o professor de Coimbra não disponha dum grupo institucionalizado que dê cobertura aos seus postulados na Galiza, que as elites galeguistas possuam uma escassa consciência linguística unitária galego-portuguesa e que os materiais ortográficos propostos não contem com uma prática significativa na Galiza moderna, depois da ruptura com a tradição medieval e a criação dumha nova tradição que significou, nesse sentido, o Ressurgimento cultural do século XIX. Por seu lado, o líder do grupo que monopoliza a RAG nega toda eficácia social normalizadora ao facto filológico da unidade linguística galego-luso-brasileira e qualquer possibilidade de aplicação na Galiza duns materiais ortográficos coincidentes com o modelo português e considerados por Piñeiro alheios ao *galego*, identificado com materiais ortográficos coincidentes com o castelhano tanto na ideia de língua de Galaxia como na do ILG. Piñeiro apoia a sua argumentação na existência do conflito linguístico e na situação sócio-política da Galiza da altura, e considera prejudicial para a normalização do uso social do idioma qualquer mudança significativa nos repertórios herdados e avalados pela imediata tradição, elemento legitimador por excelência no projecto cultural que Galaxia tem para a Galiza e também presente nos critérios codificadores do Instituto universitário⁵⁵.

⁵⁵ O processo de aproximação entre a Academia e o Instituto da USC iniciado no tardofranquismo culminará no regime autonómico. As duas instituições -enfrentadas nos anos setenta pela imposição ao conjunto do PSCG da respectiva autoridade na determinação dos materiais linguístico-culturais com que identificar a comunidade galega- unificam as suas propostas normativas em sessão conjunta de 3 de Julho de 1982 (em Março deste mesmo ano Constantino García tinha sido nomeado membro numerário da RAG); as *Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego* resultantes são oficializadas pelo governo da Galiza (sustentado pelas secções galegas de dois partidos de centro-direita de âmbito estatal) por meio do “Decreto de Normativización da Língua Galega” assinado em 20 de Abril de 1983 pelo Conselheiro de Cultura no governo de Fernández Albor e home à direita de Galaxia, Filgueira Valverde. Fica assim institucionalizado que à Academia e ao Instituto universitário corresponde, em parceria, o controlo do código linguístico (v. Samartim, 2003: 65).

Bibliografía citada

- BARRO, M^a Teresa; Toubes, Xavier; Durán, Carlos; Fernández-Gasalla, Manuel; Pérez Barreiro-Nolla, Fernando (1971): "Plan Pedagógico Galego", in *Grial* 32 (Abril-Junho), pp. 202-210.
- BLANCO, Carmen (1996): "Pilar Vázquez Cuesta: a muller e a memoria", in Lorenzo, Ramón; Álvarez, Rosario (coord.): *Homenaxe á Profesora Pilar Vázquez Cuesta*. Santiago de Compostela, Departamento de Filoloxía Galega-USC, pp. 817-829.
- CAÑADA, Silverio (Ed.) (1974): "Ramón Lorenzo Vázquez", in *Gran Enciclopedia Gallega*, vol. XIX, p. 178.
- CARBALLO CALERO, Ricardo (1972): "Popularismo", in *Casa Galicia. Unidad Gallega. Memoria 1971-1972*, p. 23.
- CARBALLO CALERO, Ricardo (1974): "Figuras representativas da literatura galega actual", in *Grial* 45 (Julho-Setembro), pp. 269-279.
- CARRÉ ALVARELLOS, Leandro (comp.); PIRES DE LIMA, Fernando de Castro (pref.) (1969): *As lendas tradizionaes galegas*. [Porto], Museu de Etnografía e História.
- CIDADANIA-Rede de Aplicacións Sociais; Monteagudo, Henrique; Bouzada Fernández, Xan M. (coords.) (2002): *O proceso de normalización do idioma galego (1980-2000). Volume I. Política lingüística: análise e perspectivas*. Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega - Sección de Lingua.
- CORDEIRO RUA, Gonçalo; Rodríguez Prado, Felisa (2002): "Sistema Literário Galego e Mundo Lusófono nos primeiros setenta: Portugal para quê?", in *Actas do VII Congresso Internacional da Associação Internacional de Lusitanistas*. Brown, Brown University [no prelo].
- CUNQUEIRO, Álvaro (1991): "A recuperación literaria do galego", in *Obra en galego completa. Ensaios, vol. IV*. Vigo, Galaxia, pp. 31-37.
- DA CAL, Ernesto Guerra (1959): *Lua de alén-mar. 1939-1958*. Vigo, Galaxia.
- EVEN-ZOHAR, Itamar (2002): "Solucións anticuadas e a industria de ideas", in *Anuario de Estudios Literarios Galegos*, pp. 39-53 ["Dated solutions and the industry of ideas", in *Papers in Culture Research*, 2005, pp. 243-258; acessível em <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/EZ-CR-2005.pdf> (última consulta 2005/12/22)].

- FERNÁNDEZ REI, F.; Sousa F., Xulio (1991): “Constantino García. Biobibliografía”, in Brea, Mercedes; Fernández Rei, Francisco (coords.): *Homenaxe ó Profesor Constantino García*. Santiago de Compostela, Departamento de Filoloxía Galega - USC, vol. 1, pp. 7-13.
- FERNÁNDEZ REI, Francisco (1991): “O Instituto da Lingua Galega (1971-1990). Contribución á investigación e á normalización do galego”, in Brea, Mercedes; Fernández Rei, Francisco (coords.): *Homenaxe ó Profesor Constantino García*. Santiago de Compostela, Departamento de Filoloxía Galega - USC, vol. 1, pp. 15-46.
- FERNÁNDEZ, Carlos (1985): *Franquismo y transición política en Galicia (Apuntes para una historia de nuestro pasado reciente) 1939-1979*. Sada (Corunha), Ed. do Castro.
- FERNÁN-VELLO, M.A.; Pillado Mayor, F. (1986): *Conversas en Compostela con Carballo Calero*. Barcelona, Sotelo Blanco.
- FOUCES, Óscar Diaz (2001): “Apontamentos sobre a socialización do Reintegracionismo”, in *Agália* 67-68 (2º Semestre), pp. 9-34.
- GARCÍA, Constantino (1971): “Orixen e problemas do método do galego”, in *Grial* 32 (Abril-Junho), pp. 129-141.
- GARCÍA, Constantino (1974): “A lingua galega hoxe. A súa situación no ensino”, in *Grial* 44 (Abril-Junho), pp. 148-156.
- GÓMEZ, Joel R. (2002): *Fazer(-se) um nome. Eça de Queirós-Guerra da Cal: Um duplo processo de canonicidade literária na segunda metade do século XX*. Sada (Corunha), Ed. do Castro.
- LAPA, Manuel Rodrigues (1933): “A política do idioma e as universidades”, in *Seara Nova* 341, pp. 67-76.
- LAPA, Manuel Rodrigues (1973): “A recuperação literária do galego”, in *Colóquio/ Letras* 13 (Julho), pp. 5-14.
- LAPA, Manuel Rodrigues (1979): *Estudos galego-portugueses. Por uma Galiza renovada*. Lisboa, Sá da Costa Editora.
- LAPA, Manuel Rodrigues [Vidal Figueroa, Tiago (ed. e rev.)] (2001): *Cartas a Francisco Fernández del Riego sobre a cultura galega*. Vigo, Galaxia.
- LORENZANA, Salvador (pseud. de Francisco Fernández del Riego) (1964): “Rodrigues Lapa e a cultura galego-portuguesa”, in *Grial* 4 (Abril-Junho), pp. 139-158.
- LOUREIRO RODRÍGUEZ, Cristina (2005): “Rede de relações do Prof. Manuel Rodrigues Lapa na Galiza através da sua correspondência (1968-1987)” [trabalho em elaboração].

- MARTÍNEZ-RISCO, Sebastián (1973): *Presencia da lingua galega*. Sada (Corunha), Ed. do Castro.
- MONTERO SANTALHA, José-Martinho (1989): “In memoriam. Na morte de Rodrigues Lapa”, in *Agália* 17 (Primavera), pp. 109-111.
- MONTERO SANTALHA, José-Martinho (1993): *Carvalho Calero e a sua obra*. Santiago de Compostela, Ed. Laiovento.
- PASCOAES, Teixeira de [Pinharada Gomes (comp. e introd.)] (1988): *A Saudade e o Saudosismo (dispersos e opúsculos)*. Lisboa, Assírio & Alvim.
- PIÑEIRO, Ramón (1971a): “Carta de Santiago de Compostela. Evolución do problema da lingua”, in *Colóquio/ Letras* 2 (Junho), pp. 78-80.
- PIÑEIRO, Ramón (1971b): “GALLEGO 1, Instituto de la Lengua Gallega”, in *Grial* 33 (Julho-Setembro), pp. 363-364.
- PIÑEIRO, Ramón (1972): “Carta de Santiago de Compostela. A expansión crecente da lingua galega”, in *Colóquio/ Letras* 8 (Julho), pp. 75-77.
- PIÑEIRO, Ramón (1973): “Carta a Don Manuel Rodrigues Lapa”, in *Grial* 42 (Outubro-Dezembro), pp. 389-402.
- PIÑEIRO, Ramón (1974): *Olladas no futuro*. Vigo, Galaxia.
- REAL ACADEMIA GALLEGA (RAG) (1967): *Primera y Segunda Asambleas Lusitano-Gallega. Actas y comunicaciones*. Madrid, Editora Nacional.
- REAL ACADEMIA GALLEGA (RAG) (1971): *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego*. Corunha, Moret.
- RODRÍGUEZ, José Luís (2000): “A Galiza ‘raiz anterga da nossa cultura’ ou a ‘portugalegidade’ de Rodrigues Lapa”, in *Filologia, literatura e linguística - Colóquio Internacional, Curia 1997. Comemorações do centenário do nascimento do Professor Doutor Manuel Rodrigues Lapa*. Porto, Fundação Eng. António de Almeida, pp. 61-78.
- SAMARTIM, Roberto López-Iglésias (2003): “O *Día das Letras* no sistema literário galego. O caminho para o reconhecimento da autoridade da Academia”, in *Forum* 33, (Braga, Janeiro-Junho), pp. 59-69 [acessível em www.agal-gz.org, “Gze-ditora” n° 6; última consulta 2005/12/22].
- SEMINARIO DE ESTUDOS GALEGOS (SEG) (1933): *Algunhas Normas pra a Unificazón do Idioma Galego*. Santiago [de Compostela], Nós.
- THIESSE, Anne-Marie [Silva, Sandra (trad.)] (2000): *A Criação das Identidades Nacionais. Europa – Séculos XVIII-XX*. Lisboa, Temas e Debates.

- TORRES FEIJÓ, Elias J. (1997): “Cultura, cultura galega e mundo lusófono em Valentin Paz-Andrade. Alguns contributos”, in *Agália* 51 (Outono), pp. 297-336.
- TORRES FEIJÓ, Elias J. (2000): “Norma lingüística e intersistema cultural: o caso galego”, in [Actas do] *Congreso Internacional de Historia y Cultura en la Frontera. 1^{er} Encuentro de Lusitanistas Españoles*. Cáceres, Universidad de Extremadura, Tomo II, pp. 967-996.
- TORRES FEIJÓ, Elias J. (2002): “Como sair do cerco. A legitimação galeguista da Literatura Galega por Carvalho Calero e a génese da sua centralidade no campo da crítica literária”, in López, Teresa; Salinas, Francisco (eds.): *Actas do Simpósio Ricardo Carvalho Calero. Memória do Século*. [Corunha], AS-PG / Universidade da Corunha - Área de Filologias Galega e Portuguesa, pp. 31-66.
- TORRES FEIJÓ, Elias J. (2003): “O 25 de Abril e as suas imediatas consequências para e no protossistema cultural galeguista”, in [Actas do] *VII^o Congreso da Asociación Internacional de Estudos Galegos*. Barcelona, Universidade de Barcelona [no prelo].
- TORRES FEIJÓ, Elias J. (2004a): “Novas estratégias para um novo reinte-gracionismo”, palestra apresentada ao *Fórum da Língua* (Movimento Defesa da Língua, Faculdade de Filologia-USC, 2004/02/28) (conclusões recolhidas em *GZe-ditora 4*, acessíveis em <http://www.agal-gz.org>; última consulta 2005/12/22).
- TORRES FEIJÓ, Elias J. (2004b): “Portugal, para quê? Para umha interpretação do corpus identitário galego: potencial e carências no relacionamento galego-português”, in Lois, Rubén; Constenla, Xosé (ed.): *Galiza-Portugal: a reorganização territorial do ocidente atlântico do Ocidente ibérico*. Santiago de Compostela, Ed. Laiovento (no prelo, acessível em <http://www.agal-gz.org>; última consulta 2005/12/22).
- TORRES FEIJÓ, Elias J. (2004c): “Contributos sobre o objecto de estudo e metodologia sistémica. Sistemas literários e literaturas nacionais”, in Abuín, Anxo; Tarrío, Anxo (coords.): *Bases Metodolóxicas para unha Historia Comparada das Literaturas da Península Ibérica*. Santiago de Compostela, USC, pp. 423-444.
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar (1967): “A propósito de la Gramática Gallega de Carballo Calero”, in *Grial* 16 (Abril-Junho), pp. 192-196.
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar [Mendes da Luz, M^a Albertina (colab.)] (1971³): *Gramática portuguesa*. Madrid, Editorial Gredos, vol. 1.